

Relatório & Contas Dezembro **2020**

United Bank for Africa, Moçambique
Praça 16 de Junho, Edifício INCM
www.ubamozambique.com

United Bank for Africa Moçambique

O United Bank for Africa Moçambique S.A (doravante "UBA Moçambique") é uma filial do United Bank for Africa Plc (doravante "UBA").

O UBA é uma instituição pan-africana líder em serviços financeiros, que presta serviços bancários a mais de 18 milhões de clientes, em 1.000 agências e pontos de contacto de clientes em 20 países africanos.

Com presença no Reino Unido, Estados Unidos da América e França, o UBA liga pessoas e empresas em toda a África através da banca de retalho, comercial e corporativa, pagamentos e remessas transfronteiriças inovadoras,

financiamento do comércio e serviços bancários complementares.

As acções do UBA são negociadas publicamente na Bolsa de Valores da Nigéria (NSE) e o Banco tem uma base accionista bem diversificada, que inclui investidores institucionais estrangeiros e locais, bem como accionistas particulares.

O **United Bank for Africa Moçambique, S.A.** é uma sociedade anónima de direito moçambicano, constituída e regulada pela lei moçambicana, matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais de Maputo com o NUEL 100135167, titular do NUIT 400250863,

com sede na Praça 16 de Junho, número 312, 2º andar, Bairro da Malanga, na Cidade de Maputo.

O accionista maioritário do Banco é o United Bank for Africa Plc com 95.70% das acções, que é um Banco Comercial constituído na República Federal da Nigéria. Os demais accionistas minoritários detêm 4.30% das acções do Banco.

O objecto do UBA Moçambique, consiste no exercício de todas actividades bancárias e financeiras, bem como todas actividades complementares a que as instituições

bancárias ou financeiras estejam licenciadas a exercer.

O capital social do UBA Moçambique está representado por 1.744.712 acções ordinárias de MT 1.000 cada que correspondem a MT 1.744.712,00 encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

O UBA Moçambique está presente em duas províncias de Moçambique nomeadamente, Maputo e Nampula e com planos de expansão para outras províncias.



Enquadramento Macroeconómico

ECONOMIA MUNDIAL

No final de 2019, as autoridades da República Popular da China identificaram uma vaga de doenças causadas por um novo coronavírus – SARS CoV-2, designado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de Coronavirus Disease 2019 (Covid-19).

Embora o epicentro da epidemia tenha sido identificado como a cidade de Wuhan, na Província de Hubei, na China, o vírus espalhou-se rapidamente, tendo-se confirmado casos de COVID-19 em todos os continentes e quase todos os países do mundo ainda no primeiro trimestre de 2020.

Por forma a conter a propagação da pandemia e consequente pressão sobre os sistemas de saúde, vários países adoptaram diversas medidas, incluindo:

- i) encerramento de fronteiras e suspensão de viagens internacionais;
- ii) paralisação generalizada de actividades sociais e económicas;
- iii) confinamento ou isolamento social, incluindo cercas sanitárias; iv) provisão de serviços limitada aos serviços considerados essenciais, entre outras.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a economia global decresceu 3,50% em 2020, o que corresponde a uma desaceleração de 6,4 pontos percentuais em relação ao ano de 2019. Essa queda deveu-se, principalmente, a uma série de factores associados à Covid-19 que afectou grande parte da produção global.

O aumento de infecções no final de 2020 (in-

cluindo novas variantes do vírus) e consequentes novos bloqueios, problemas logísticos com a distribuição da vacina e incertezas sobre a sua aceitação agravaram a situação e as perspectivas para o ano de 2021.

O desempenho económico negativo dos países desenvolvidos e emergentes contribuiu igualmente para a redução acentuada verificada na economia global em 2020.

O FMI refere ainda que durante os meses de Maio e Junho, enquanto muitas economias reabriram-se provisoriamente após o Grande Bloqueio, a economia global começou a subir, em contraposição ao cenário alarmante verificado em Abril.

Mas, com a propagação e aceleração da pandemia em alguns lugares, muitos países desaceleraram a reabertura e alguns estão restabelecendo os bloqueios parciais. Embora a rápida recuperação da China tenha surpreendido positivamente, a longa ascensão da economia global aos níveis de actividade pré-pandémicos continua sujeita a contratempos.

Embora as recentes aprovações de vacinas tenham gerado esperanças de uma reviravolta na pandemia ainda este ano, novas ondas e novas variantes do vírus representam preocupações para o panorama.

Em meio a incertezas excepcionais, a economia global deve crescer 5,5 por cento em 2021 e 4,2 por cento em 2022. A previsão de 2021 é revista em 0,3 ponto percentual em relação à previsão anterior, refletindo as expectativas de um fortalecimento da atividade alimentado por vacinas no final do ano e apoio adicional à política em algumas grandes economias.

Previsão do Crescimento Global (%)	2020	2021	2022
Mundo	-3.5	5.5	4.2
Estados Unidos	-3.4	5.1	2.5
Zona Euro	-7.2	4.2	3.6
América Latina e Caribe	-7.4	4.1	2.9
Zona Central da Ásia e Médio Oriente	-3.2	3.0	4.2
África Sub-Sahariana	-2.6	3.2	3.9
África Emergente e em via de Desenvolvimento	-0.8	5.1	5.5

ECONOMIA DE ÁFRICA

O ano de 2020 foi descrito como um ano atípico, pelo menos nos dias que correm. Mal tinha começado o ano quando a pandemia global de novo corona vírus (COVID-19) afectou todo o mundo. O desenvolvimento foi até aqui o evento mais importante do ano de 2020 e com um impacto muito significativo sobre todas as facetas da vida e do esforço humano.

O choque rápido e grande da pandemia do coronavírus e as medidas de confinamento com vista a contenção da propagação, mergulharam a economia global numa contracção severa. Em 2020, o **Produto Interno Bruto (PIB)** situa-se nos 84.54 trilhões de dólares norte americanos, quase quatro trilhões abaixo em 2019 e uma contracção de cerca de 4.5 em PIB.

Segundo as informações, a África terá contraído 2,1% do PIB em 2020, também devido ao impacto da pandemia global. Acredita-se que as restrições menos severas e os confinamentos em toda a África contribuíram largamente para moderar o impacto da pandemia nas actividades económicas.

No contexto social, os níveis de pobreza permaneceram bastante elevados especialmente na população rural. O rápido crescimento populacional agrava os níveis de desemprego e, por conseguinte, os níveis de pobreza. Acredita-se que com o esforço do governo para empoderar a grande maioria da população jovem do país através da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015 – 2035),

deverá haver melhoria nos níveis de pobreza e desemprego. O foco deve ser como transformar a grande população jovem em um dividendo ou numa oportunidade para impulsionar o crescimento.

O ambiente político foi em grande parte estável durante 2020, uma continuação de estabilidade desfrutada após uma transição normal em 2019. As preocupações com insegurança em algumas partes do país permaneceram muito altas.

ECONOMIA NACIONAL

O contexto macroeconómico nacional no ano findo de 2020, caracterizou-se por várias contrariedades que limitaram o desempenho normal da economia, facto esse que aponta para um crescimento económico negativo de 1,28%, de acordo com os dados Instituto Nacional de Estatística, muito abaixo dos 2,28% alcançados no ano anterior, correspondendo assim a uma desaceleração de 3,56 pp face ao ano anterior.

O principal factor para a desaceleração e queda da taxa de crescimento real no ano findo foi a pandemia da Covid-19 e as inúmeras adversidades dela decorrentes, que limitaram, sobremaneira, a continuidade e expansão da actividade económica.

No primeiro trimestre de 2020, dados do PIB indicam uma taxa satisfatória de 1,68%, contrariamente ao que aconteceu com grande

parte dos demais países pelo mundo fora, já no II Trimestre, a taxa registou uma queda acentuada atingindo os -3,25%, tendo tido uma recuperação ténue no III Trimestre, período no qual se fixou em -1,09%, voltando a ter uma queda no IV Trimestre, a segunda maior do ano, a fixar-se em -2,37%.

Estão igualmente na origem da desaceleração os focos de insegurança militar, com particular destaque para Cabo Delgado, que têm criado um ambiente de incertezas e insegurança no que tange à prossecução de actividades económicas que serviriam para catapultar a produção nacional e, consequentemente, a taxa de crescimento real do PIB.

Essas externalidades contribuíram para a redução na mobilização e canalização de recursos para o financiamento das acções prioritárias no âmbito da implementação de projectos de investimentos.

É disso grande exemplo o adiamento no início da exploração do Gás Natural Liquefeito na Bacia do Rovuma, que constituiu um autêntico revés para as contas do Estado pois, seria essa uma das principais fontes de receita para o início da recuperação e consolidação económica do país.

Destaque ainda para o ano de 2020, a disponibilização de uma linha de crédito de 500 milhões de dólares pelo Banco de Moçambique para que o sistema financeiro se precavesse dos impactos negativos do coronavírus.

O intuito era de permitir maior circulação de dinheiro na banca, visto que as fronteiras tinham sido encerradas o que suspendia temporariamente o escoamento de produtos e bens entre Moçambique e os países vizinhos.

Para 2021, o Banco de Moçambique antevê um crescimento positivo da economia, embora lento, estimulado pelas actividades de implantação dos projectos de exploração de gás e pela tendência para a recuperação da procura externa, incentivada pelos avanços esperados na descoberta e administração da vacina contra a Covid-19.

Ademais, o Banco de Moçambique reitera que para o alcance de um crescimento sólido, sustentável e inclusivo da actividade económica, no médio prazo, será essencial o aprofundamento de reformas estruturantes que visem assegurar o fortalecimento das instituições, a melhoria do ambiente de

negócios, a atracção de investimentos e a criação de empregos.

MERCADOS FINANCEIROS

O Banco Central adoptou uma Política Monetária Expansionista, tendo sido materializada pelo corte gradual e manutenção das taxas directoras. A Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e Facilidade Permanente de Depósito (FPD) caíram, respectivamente, de 15,75% e 9,75%, no fecho de 2019, para 13,25% e 7,25%, no fim do ano de 2020. O Coeficiente de Reservas Obrigatórias em moeda nacional apresentou uma descida de 13,00% para 11,50% e em moeda estrangeira uma descida de 36,00% para 34,50%.

Por sua vez, a taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (MIMO), introduzida em 2017, passou de 12,75%, no fecho de 2019, para 10,25%, no fecho de 2020, acompanhando o movimento das taxas directoras.

Os cortes graduais e as manutenções registadas nas taxas directoras encontraram parte do seu fundamento numa percepção de estabilidade de preços por parte da Autoridade Monetária. Segundo o Banco de Moçambique, as condições macroeconómicas favoreceram a projecção de uma inflação baixa e estável, em torno de um dígito, no curto e médio prazos.

Ademais, o relaxamento da Política Monetária com fortes indícios de adopção de uma postura expansionista verificou-se com o intuito de proporcionar maior liquidez ao sistema económico por forma a mitigar as adversidades originadas pela pandemia do Covid-19, num contexto de declínio da procura agregada, na economia doméstica e internacional.

As taxas de juro médias dos Bilhetes de Tesouro de 91 e 364 dias fecharam o ano de 2020 fixando-se em 7,68% e 7,34%, respectivamente, abaixo dos 11,22% e 11,66% registados no fecho de 2019. A taxa média de Permutas de Liquidez "Overnight" entre os bancos comerciais baixou de 12,75% para 10,25%, representando uma queda de 250 pontos base.

Na mesma sequência, as taxas de juro do mercado registaram uma queda, tendo no fecho de 2020 a taxa de juro sobre os empréstimos de 1 ano, sobre os depósitos de 1 ano e a prime rate se fixado em 18,99%, 6,65% e 15,90%, contra os 21,03%, 8,71% e 18,00%, respectivamente, no fecho de 2019.

Taxas de Juro do Mercado Monetário

Taxas de Juro	mar/19	jun/19	set/19	dez/19	dez/19	Trend
BT's 91 dias	13.35%	13.31%	11.90%	11.22%	7.68%	▼
BT's 182 dias	13.13%	13.28%	11.92%	11.17%	7.50%	▼
BT's 364 dias	12.94%	13.00%	12.19%	11.59%	7.34%	▼
Taxa (MIMO)	14.25%	13.25%	12.75%	12.75%	10.25%	▼
FPD "Overnight"	11.25%	10.25%	9.75%	9.75%	7.25%	▼
FPC "Overnight"	17.25%	16.25%	15.75%	15.75%	13.25%	▼

Mercado Cambial

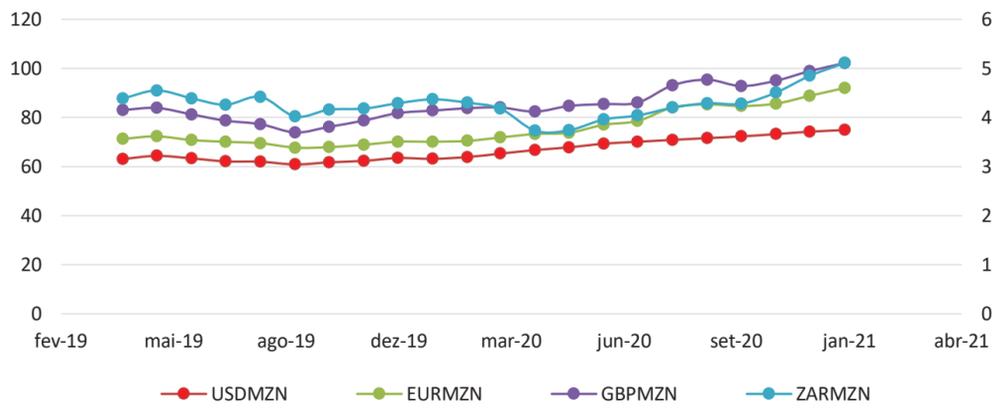
Em 2020, o Metical apresentou um desempenho negativo, e segundo o CPMO, o mercado cambial continua com níveis adequados de divisas. Contudo, o Metical registou perdas contínuas de valores, a ritmos decrescentes, reflectindo riscos e incertezas prevaletentes na economia doméstica.

A nível global, subsistem ainda riscos de desaceleração do crescimento económico,

Taxas de Juro	mar/19	jun/19	set/19	dez/19	dez/19	Trend
BT's 91 dias	13.35%	13.31%	11.90%	11.22%	7.68%	▼
BT's 182 dias	13.13%	13.28%	11.92%	11.17%	7.50%	▼
BT's 364 dias	12.94%	13.00%	12.19%	11.59%	7.34%	▼
Taxa (MIMO)	14.25%	13.25%	12.75%	12.75%	10.25%	▼
FPD "Overnight"	11.25%	10.25%	9.75%	9.75%	7.25%	▼
FPC "Overnight"	17.25%	16.25%	15.75%	15.75%	13.25%	▼

como reflexo da intensificação das tensões comerciais e geopolíticas que têm assolado diversas regiões do mundo, criando um impacto negativo nos fluxos do comércio externo, bem como na volatilidade dos preços internacionais das principais mercadorias.

Neste contexto, exige-se bastante cautela na tomada de decisões referentes à condução da Política Monetária, de modo que o País não se ressinta muito devido a esses factores.

Evolução da Taxa de Câmbio


Assim, em 2020, o Metical apresentou, de um modo geral, uma tendência de depreciação, tendo registado perdas médias anuais contra as suas principais contrapartes, nomeadamente, 11,06%, 13,41% e 11,68% face ao Dólar Norte-Americano, ao Euro e à Libra Esterlina, respectivamente. Contudo, face ao Rand registou alguns ganhos médios anuais de 1,85%.

Prioridades Estratégicas do Grupo e do UBA Moçambique

O UBA continua a ser uma instituição financeira líder em toda a África. O Banco consolidou a sua presença nas suas operações em 20 países africanos e três operações internacionais nos Estados Unidos da América, Reino Unido e França, registando deste modo um crescimento anual de 13,3% em receitas até ao fecho do exercício económico de 2019, no valor de 1,5 bilhões de dólares. O Balanço também cresceu de 15,5 bilhões de dólares em 2018 para 13,6 bilhões de dólares em 2019.

O foco estratégico do UBA continua a ser um Banco de importância sistémica em todos os países onde opera, um Banco de operações de apoio aos vários segmentos dos mercados e economias, incluindo pequenas, médias e grandes empresas, empresas de retalho, clientes particulares, bem como empresas públicas e o governo.

O nosso Banco também acredita firmemente em ser uma entidade corporativa muito responsável e receptiva, mantendo ao mesmo tempo os mais elevados padrões éticos e profissionais.

A liderança em tecnologia, bem como a digitalização dos serviços bancários é uma prioridade-chave e o foco do nosso banco. Com o nível de investimento nesta área, estamos confiantes de que os nossos clientes serão beneficiados com as melhores ofertas da classe que competem favoravelmente com os padrões globais.

O UBA Moçambique está totalmente alinhado com os objectivos corporativos do Grupo e está a implementar escrupulosamente a estratégia para assegurar o apoio total ao mercado moçambicano e contribuir para o desenvolvimento económico como um todo.

As principais prioridades continuam a ser o apoio às empresas, a colaboração com o Governo, a satisfação das necessidades de serviços bancários dos indivíduos, bem como de todas as partes interessadas e intervenientes relevantes no mercado.

O UBA Moçambique alinha-se e prioriza os objectivos de inclusão financeira do Banco de Moçambique e está a coordenar este processo através da expansão das agências e dos canais digitais, o que designamos por "Bricks and Clicks".

Órgãos Sociais registados no Banco de Moçambique*

N.	Nome	Posição
Conselho de Administração		
1	Ágata Eduardo Tadeu	Administradora Não – Executiva
2	Carla Ribeiro	Administrador Não – Executivo
3	Franklin Edema Erebor	Presidente Interino do Conselho de Administração
4	Inaete Merali	Administrador Não – Executivo
5	Zainadin Dalsuco	Administrador Não – Executivo
6	Olurotimi Morohunfola	Administrador Delegado
Assembleia Geral		
1	Yolanda dos Santos	Secretária da Mesa
Conselho Fiscal		
1	Kreston Mozambique, Limitada	Fiscal Único

* A 31 de Dezembro de 2021

Áreas de Negócio do Banco

O UBA Moçambique está envolvido na actividade bancária e presta serviços bancários corporativos, comerciais, de consumo e internacionais, serviços comerciais, gestão de caixa, sala de mercados e Banca digital.

O Banco continua focalizado nos principais segmentos que impulsionam a economia moçambicana, incluindo agricultura, indústria extrativa, energia, logística, infraestrutura, retalho, hotelaria e turismo, transporte, manufatura e comércio no geral.

Análise Económica e financeira do UBA Moçambique

O ano de 2020 foi marcado pela intensificação do impacto da pandemia da Covid-19, gerando uma forte contracção da actividade económica, num ambiente de continua fraca

procura interna devido ao baixo nível de investimento público, a fraca disponibilidade de crédito, a deterioração do poder de compra e a redução da confiança dos consumidores e empresários.

Foi um ano de muitos desafios económicos e sociais para o Banco, decorrentes da pandemia da Covid-19, e apesar disso, o rendimento dos juros cresceu 80,5% de MZN 9,9 milhões para MZN 17,8 milhões, apoiado por um crescimento proporcional na carteira de créditos de 510%.

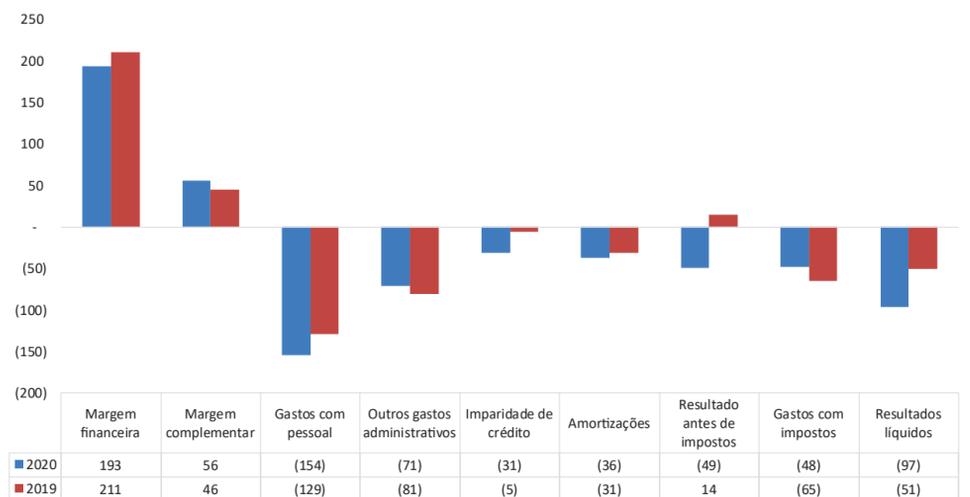
As receitas foram por outro lado influenciadas pela queda acentuada da rentabilidade dos títulos do estado, que constituíram uma parte significativa dos activos remunerados do Banco. Houve um ligeiro aumento de 10,4% nos juros e proveitos similares do Banco. As taxas e comissões do Banco cresceram 40% e os proveitos de trading decresceram 8% em 2020.

Infelizmente, o Banco continua a não registar lucros brutos devido ao impacto da redução do rendimento operacional, por um lado, e devido ao aumento dos custos operacionais por outro.

O activo total do Banco registou um crescimento na ordem de 33%, passando de MZN 3.2 bilhões em 2019 para cerca de MZN 4.3 bilhões no fecho de 2020. Os depósitos do banco cresceram significativamente, passando de MZN 15.5 milhões em 2019 para MZN 376.9 milhões em 2020.

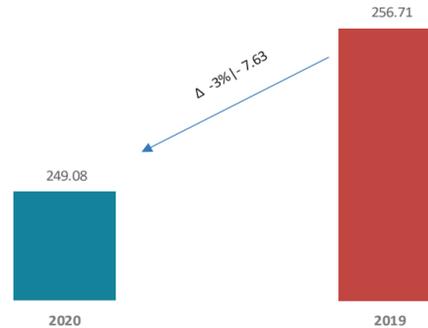
Os investimentos em títulos reduziram significativamente em cerca de 66% devido à queda acentuada das taxas de remuneração. Os empréstimos do Banco cresceram 510% em 2020, principalmente devido a empréstimos concedidos a funcionários públicos.

Em 2021, o Banco pretende aumentar a conta de empréstimos para um volume mais elevado, como parte do plano para melhorar os ganhos com os rendimentos dos juros.

Resultados Líquidos

Produto bancário

O produto bancário, que inclui a margem financeira e a margem complementar, cifrou-se em MZN 249,08 milhões, um decréscimo de 3% em relação ao valor de MZN 256,71 milhões registado no ano anterior.

A margem financeira constitui a única componente do produto bancário que diminuiu, ao cifrar-se em MZN 193,36 milhões abaixo de MZN 211,13 milhões do ano anterior, o que penalizou a evolução positiva da margem complementar que se cifrou em MZN 55,72 milhões contra os MZN 45,57 milhões do ano anterior.

Produto Bancário (Milhões de MZN)


sou de 13% e 36% para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira respectivamente em 2019, para 11,5% e 34,5% em 2020 respectivamente.

Por sua vez, a taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (MIMO), introduzida em 2017, passou de 12,75% no fecho de 2019 para 10,25% no fecho de 2020, acompanhando o movimento das taxas directoras, sobretudo da Facilidade Permanente de Cedência.

A margem financeira do Banco registou uma contracção de 8,4%, ao cifrar-se em MZN 193,36 milhões em 2020 face aos MZN 211,13 milhões registados no período homólogo, devido aos seguintes factos:

(i) Estreitamento das margens entre as operações activas e passivas do Banco em resposta à revisão em baixa das taxas directoras do Banco de Moçambique que servem de indexante na determinação do pricing dos activos financeiros;

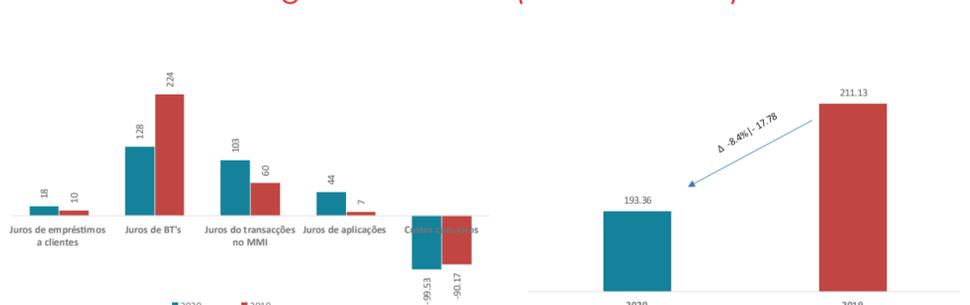
(ii) Redução dos proveitos com juros de Bilhetes de tesouro na ordem de 42,9%, ao sair de MZN 224,12 milhões em 2019 para MZN 128,07 milhões em 2020 devido a revisão em baixa das taxas de juro implementada pela política restritiva do Banco Central.

Margem Financeira

Em 2020, o Banco de Moçambique prosseguiu com a sua política monetária expansionista iniciado em 2017, tendo sido materializado pelo corte gradual nas taxas directoras.

A Facilidade Permanente de Cedência (FPC) e Facilidade Permanente de Depósito (FPD) caíram respectivamente de 15,75% e 9,75% em Dezembro de 2019 para 13,25% e 7,25% em Dezembro de 2020.

O Coeficiente de Reservas Obrigatórias pas-

Margem Financeira (Milhões de MT)




Por seu turno, a contribuição dos juros de transações no MMI aumentou de 28.5% em 2019 para 53.2% em 2020, passando de MZN 60.3 milhões em 2019 para MZ 102.8 em 2020.

Custos com pessoal

Ao longo do ano de 2020, a gestão do Banco deu prioridade ao investimento em capital humano com vista a garantir eficiência operacional, retenção de melhores talentos e manutenção de um pessoal alinhado à missão e estratégia do Banco.

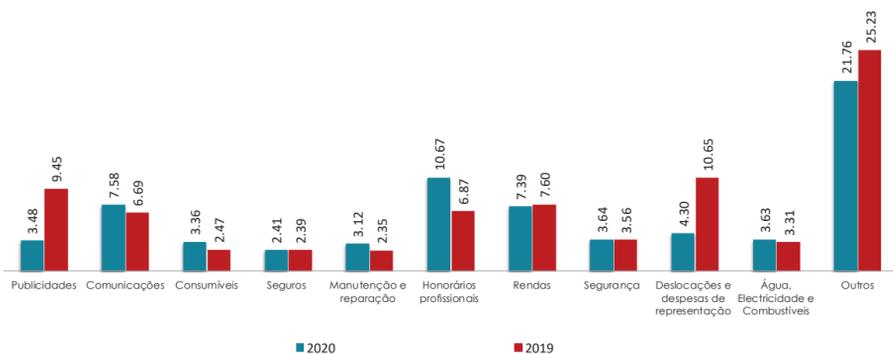
Assim, os custos com pessoal, tradicionalmente maior categoria de custos do Banco, aumentaram em cerca de 20%, ao se situar em MZN 154.3 milhões contra MZN 128.8 milhões no ano anterior, como corolário do aumento

do número do quadro de pessoal no âmbito da adequação do nível de actividade do Banco.

Gastos Gerais Administrativos

Os Gastos Gerais Administrativos cifraram-se em MZN 71.37 milhões em 2020, representativo de um decréscimo de 11.4% (MZN 9.2 milhões) face ao montante de MZN 80.57 milhões registado no período homólogo.

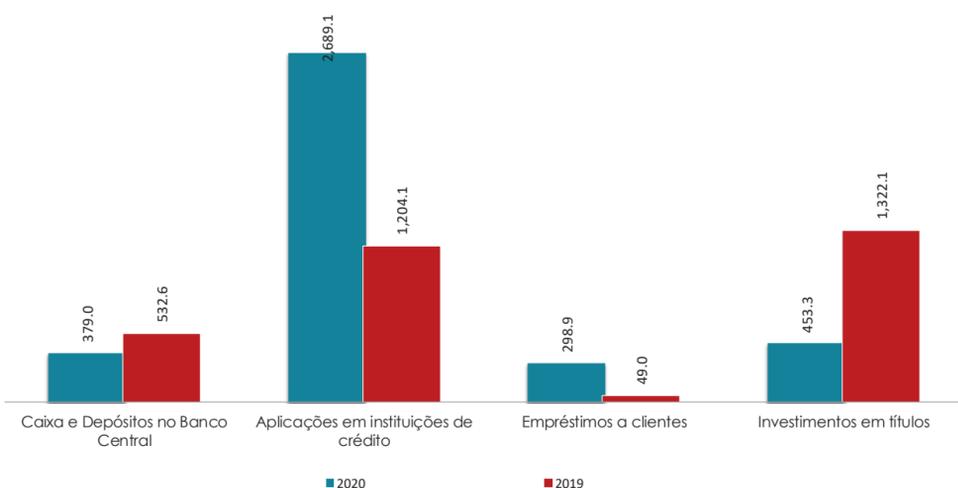
A variação negativa nos custos está aliado ao decréscimo da rubrica de Publicidade em cerca de 63.1%, passando de MZN 9.45 milhões em 2019 para MZN 3.48 milhões em 2020, bem como da diminuição da rubrica de Deslocações e despesas de representação em cerca de 59.6%, fixando-se no MZN 4.3 milhões contra os MZN 10.65 milhões do ano de 2019.



Posição Financeira

O Banco apresentou um desempenho financeiro negativo em 2020, não obstante, houve algumas rubricas do activo que apresentaram um bom desempenho. As aplicações em Instituições de Crédito incrementaram em 123%, saindo de MZN 1.204,1 milhões em 2019 para MZN 2,689.1 milhões em 2020.

No sentido contrario, a carteira de activos remuneráveis passou de MZN 1.322,1 milhões em 2019 para MZN 453.3 milhões em 2020 com uma variação negativa de cerca de 66%. A carteira líquida de crédito aumentou em MZN 249,9 milhões passando de MZN 49,0 milhões para MZN 298,9 milhões, com uma variação em cerca de 510%.



O balanço do Banco continua a estar fortemente virado para activos líquidos como aplicações em outras instituições de crédito, Bilhetes do Tesouro, que representam 62.4% do total do activo.

Este cenário demonstra a ampla alavancagem do balanço que permite a prontidão no cumprimento das obrigações, bem como, responder a oportunidades de negócio que surjam no mercado.

Passivo e Fundos Próprios

O passivo do Banco situou-se em MZN 3.115,8 milhões, correspondente a um crescimento líquido de cerca de 60% (MZN 1.168,55 milhões) face ao valor de MZN 1.947,27 milhões registado no período homólogo, como resultado dos seguintes factos:

(i) evolução de recursos de outras instituições de crédito em 36% (MZN 179.5 milhões);

(ii) aumento da carteira de recursos de clientes em cerca de 71%, passando de MZN 1.354,9 milhões em 2019 para MZN 2.312,9 no final de 2020.

Os fundos próprios do Banco ascenderam ao montante de MZN 1.190,7 milhões em 2020, correspondente a um decréscimo de 7% face ao montante de MZN 1.287,2 milhões registado no período homólogo. Esta degradação é devido ao aumento dos prejuízos acumulados em cerca de 9%, que passaram de MZN 1.029,1 milhões em 2019 para MZN 1.125,7 no final de 2020.

A tabela que se segue evidencia a evolução dos fundos próprios face ao ano anterior:

Fundos Próprios	2020	2019
Capital Social	1,744,712,000	1,744,712,000
Prémios de emissão	571,653,523	571,653,523
Prejuízos acumulados	(1,125,652,493)	(1,029,123,942)
Total dos Fundos Próprios	1,190,713,030	1,287,241,581

Rendibilidade	2020	2019
Rendibilidade dos Activos Médios (ROAA)	-2.18%	-1.52%
Rendibilidade dos Capitais Médios (ROAE)	-8.11%	-3.95%
Produto Bancário / Activo Líquido Médio	6.61%	8.08%

Solvência	2020	2019
Rácio de Solvabilidade regulamentar	57.42%	138.00%
Rácio de Liquidez regulamentar	130.24%	165.77%

Eficiência	2020	2019
Margem Financeira / Activo Remunerado	5.62%	8.20%
Custos de Transformação / Produto Bancário	105.24%	93.60%
Custos com Pessoal / Produto Bancário	61.96%	50.21%

Descrição	2020	2019
Lucro antes de impostos	(48,949,104)	14,497,653
Lucro líquido / (Prejuízos) do ano	(96,528,551)	(50,887,504)
Activo total líquido	4,306,535,496	3,234,507,982
Capital próprio	1,190,713,030	1,287,241,581
Depósitos de clientes	2,312,903,638	1,354,901,330
Carteira de crédito	298,941,274	49,008,956
Produto Bancário	249,075,051	256,708,726
Margem financeira	193,357,785	211,133,901
Margem complementar	55,717,266	45,574,825
Custos de transformação	262,116,486	240,284,896
Custos com pessoal	154,319,757	128,895,322
Activo remunerado	3,441,342,438	2,575,257,649

Foco de Negócio

O Banco permanece focado nos principais segmentos que impulsionam a economia moçambicana, incluindo agricultura, indústria extractiva, energia, logística, infraestruturas, retalho, hotelaria, transporte, manufaturação e comércio no geral.

independentes, devidamente nomeados em Assembleia Geral e registados junto do Banco de Moçambique.

Desenvolvimentos no ano fiscal

No ano de 2020, três Directores juntaram-se ao Conselho de Administração do United Bank for Africa Moçambique SA, nomeadamente:

- Sr. Ricardo Sengo
- Sr. Inaete Merali
- Sra. Carla Ribeiro

Em Dezembro de 2020, o UBA Moçambique continuou a demonstrar o seu compromisso como uma instituição socialmente responsável, apoiando várias iniciativas e esforços no âmbito nacional.

Estas incluíram doações para apoiar os esforços de prevenção contra COVID 19 (o Grupo UBA doou um valor total de US\$14 milhões a várias economias africanas, incluindo Moçambique), patrocínio da iniciativa "Read Africa" para promover a leitura entre jovens, patrocínio do concurso de redação, entre outros.

O três são Administradores Não-Executivos

Pelo Conselho de Administração, aos 26 de Maio de 2021

Agata Tadeu

Carla Ribeiro

Franklin Erebor

Inaete Merali

Zainadin Dalsuco

Olurotimi Morohunfola

Ricardo Sengo



Relatório e parecer do Conselho Fiscal



Knowing you.

Parecer de Fiscal Único

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Fiscal Único do United Bank for Africa Moçambique, SA, apreciou o relatório do Conselho de Administração, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao Exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2020.

O Fiscal Único procedeu à análise da informação financeira, aos demais documentos incluindo o Relatório do Auditor Externo, Deloitte & Touche (Mocambique) Lda para o exercício de 2020, o relatório de atividades e obteve esclarecimentos e informação necessária junto das diferentes áreas de Direcção do Banco, tendo concluído que no intervalo dos limites de razoabilidade, tanto quanto pode observar, as Demonstrações Financeira que acompanham espelham fielmente a situação económico-financeira a 31 de Dezembro de 2020

Relatório

Depois da análise e discutir dos documentos fornecidos pela Direcção do Banco, auditor externo e auditor interno com respetivas notas explicativas, relatório do auditor independente e carta de recomendações, e relatório do auditor interno, pode-se concluir o seguinte:

O Conselho Fiscal apreciou, com particular atenção, a evolução dos seguintes indicadores:

- Produto Bancário com diminuição de 2,97% comparativamente ao período anterior
- O Resultado Líquido do Exercício, decresceu em 89,69%, relativamente ao ano anterior, passando para um prejuízo de 96,5 milhões de meticais.
- O capital próprio diminuiu em 96.528.551 Meticais comparado á 2019.

Parecer

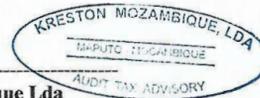
O Fiscal Único Recomenda:

Sejam aprovados o Relatório de Actividades, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa e demais documentos apresentados pelo Conselho de Administração relativos ao Exercício Económico de 2020.

Apesar do Prejuízo do Exercício e constatações do auditor externo, foi notável o esforço, espírito de resiliência dado que enfrenta, vários desafios incluindo o Covid-19 como pandemia, pelos quais o banco passou. Com efeito, o Fiscal Único dá o parecer de que a Assembleia Geral proceda nos termos seguintes:

- Aprove as contas referentes ao exercício de 2020;
- Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Maputo, 27 de Maio 2021



Kreston Mozambique Lda
(Auditor Certificado n.º 05/SAC/OCAM/2014)

Kreston Mozambique | No. 1067 cnr Rua Valentim Sili & Av Kwame Nkrumah, Maputo, Mozambique
T +258 21 486604 | E ktm@kreston-moz.com
www.kreston-moz.com
A global network of independent accounting firms



Relatório do Auditor Independente

Aos accionistas do

UNITED BANK FOR AFRICA MOÇAMBIQUE, SA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do United Bank for Africa Moçambique, SA ("o Banco"), constantes das páginas 8 a 74, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do United Bank for Africa Moçambique, SA em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório.

Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo Ethics Standards Board for Accountants (IESBA), órgão da IFA – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório da administração e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine

ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista.

As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a

auditoria e, também:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

• Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.

• Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

• Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações.

Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas



incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

• Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.

Deloitte & Touche (Moçambique), Lda
Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SAC/OCAM/2014
Representada por:
Zacaria Fakir
Partner
Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012
Maputo, 27 de Maio de 2021

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário

Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação das demonstrações financeiras anuais do United Bank for Africa Moçambique, SA em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo que asseguram a salvaguarda dos activos do Banco e que as respectivas operações e transacções são executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar que o Banco continuará a operar segundo esse princípio no próximo ano.

As demonstrações financeiras do ano findo em 31 de Dezembro 2020, constantes nas páginas 8 a 74, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do United Bank for Africa Moçambique, SA, em 26 de Maio de 2021 e vão assinadas em seu nome por:

Agata Tadeu

Carla Ribeiro

Franklin Erebor

Inaete Merali

Zainadin Dalsuco

Olurótímí Mòrohúnfolá

Ricardo Sengo

Relatório de Gestão

Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2020 O Conselho de Administração apresenta o seu relatório sobre as actividades do United Bank for Africa Moçambique, SA em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Estrutura jurídica
United Bank for Africa Moçambique, SA, é um Banco privado constituído em 2009, tendo iniciado as suas actividades em 22 de Novembro de 2010. O Banco tem a sua sede social em Moçambique, sita na Praça 16 de Junho n.º 312, 2.º andar, em Maputo, e rege-se pelos seus estatutos e outros regulamentos aplicáveis.

Actividade principal

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos Bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão

de letras de crédito e de garantias bancárias, transacções em moeda estrangeira e recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

Resultados operacionais

Os resultados operacionais do Banco para o ano findo são os seguintes:

	2020	2019
Margem Bruta		
Juros e rendimentos similares	292,892,462	301,299,819
Rendimentos de comissões e serviços	48,838,620	34,838,256
Operações financeiras líquidas	30,807,477	33,653,737
	372,538,559	369,791,812
Prejuízo/Lucro antes de impostos	(48,949,104)	14,497,653
Impostos	(47,579,447)	(65,385,157)
Prejuízo líquido	(96,528,551)	(50,887,504)

Estrutura do capital social

Em 31 de Dezembro de 2020, o capital integralmente subscrito e realizado compreende a

1,744,712 acções ordinárias, com valor nominal de 1,000 meticais. e estão distribuídas da seguinte forma:

Accionistas	Numero de acções	%
UBA Plc	1,669,655	95.6980%
Afriland Propeties Plc	22,015	1.2618%
African Prudential Plc	53,037	3.0399%
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	0.0002%
Emmanuel Nwabuioku Nnorom	2	0.0001%
Total	1,744,712	100%

Responsabilidades da Gestão

O Conselho de Administração é responsável pela preparação das demonstrações financeiras, que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho do banco.

Ao fazê-lo, O Conselho de Administração assegura:

1. Manter os registos contabilísticos adequados;
2. As políticas contabilísticas adequadas são aplicadas;
3. As estimativas e os julgamentos efectuados são razoáveis e prudentes;
4. O pressuposto de continuidade é tido em consideração, a menos que não seja apropriado presumir que o Banco continuará no negócio; e
5. São instituídos procedimentos de controlo interno que, na medida do possível, salvagam os activos do Banco, previnem e detectam fraudes e outras irregularidades.

no recrutamento, formação e carreira dos funcionários.

No caso dos membros da equipa se tornarem deficientes, serão feitos esforços para assegurar que os seus empregos no Banco se mantenham, garantindo formação adequada de modo que se encaixem no ambiente de trabalho do Banco.

(ii) Saúde, segurança no trabalho e bem-estar dos funcionários

As instalações do Banco estão desenhadas com vista a garantir a segurança e as condições de vida saudáveis de seus funcionários e clientes. Os funcionários estão adequadamente seguros contra riscos operacionais e outros. Além disso, o Banco oferece serviços médicos aos seus funcionários e familiares directos.

(iii) Desenvolvimento do pessoal e formação

O Banco incentiva a participação dos seus colaboradores nas decisões relacionadas com assuntos que afectem o bem-estar dos seus funcionários.

Para esse fim, o Banco oferece oportunidades onde os funcionários deliberam sobre questões que afectam o Banco e os interesses dos empregados, com vista a tomar medidas para as decisões nesta matéria. De acordo com a política de desenvolvimento contínuo, o Banco elabora programas de formação anuais.

Os programas incluem formação no trabalho, sessões em sala de aula e programas de formação baseados na Web que se encontram disponíveis para todos os funcionários.

Auditores

Durante o ano, a Administração nomeou a Deloitte & Touche (Moçambique), Limitada como auditor independente do Banco.

Franklin Erebor



Informação do banco

Conselho de Administração	Função
Franklin Erebor	Presidente Interino do Conselho de Administração
Ágata Tadeu	Administradora não-executiva
Carla Ribeiro	Administradora não-executiva
Inaete Merali	Administrador não-executivo
Ricardo Sengo	Administrador não-executivo
Rotimi Morohunfola	Administrador Delegado
Zainadin Dalsuco	Administrador não-executivo
Secretária:	Yolanda dos Santos
Escritório Registrado:	Praça 16 de Junho – 312 – 2º Andar Malanga, Maputo, Moçambique.
Auditor independente:	Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada Rua dos desportistas, Nº 833, Maputo, Moçambique.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de Dezembro de 2020

	Notas	2020	2019
Juros e rendimentos similares	2	292,892,462	301,299,819
Juros e gastos similares	2	(99,534,677)	(90,165,918)
Margem financeira	2	193,357,785	211,133,901
Rendimentos de serviços e comissões	3	48,838,620	34,838,256
Gastos com serviços e comissões	3	(23,928,831)	(22,917,168)
Rendimento líquido de serviços e comissões	3	24,909,789	11,921,088
Rendimentos em operações cambiais	4	30,807,477	33,653,737
Produto Bancário		249,075,051	256,708,726
Gastos com imparidades	14	(8,724,430)	(5,284,589)
Imparidade de depósitos a prazo	12	(3,615,826)	-
Imparidades de outros activos	15	(3,147,876)	-
Provisões para garantias bancárias e créditos documentários	21	(15,269,078)	-
Rendimento operacional		218,317,841	251,424,137
Gastos com pessoal	5	(154,319,757)	(128,895,322)
Gastos administrativos	6	(71,368,459)	(80,566,085)
Depreciações e amortizações	16,17,18	(36,428,270)	(30,823,489)
Outros gastos operacionais	7	(7,689,727)	(663,892)
Outros rendimentos operacionais	8	2,539,268	4,022,304
Resultado antes de impostos		(48,949,104)	14,497,653
Imposto sobre rendimento	9	(47,579,447)	(65,385,157)
Resultado líquido do exercício		(96,528,551)	(50,887,504)
Outro rendimento integral		-	-
Total do rendimento integral do exercício, líquido de imposto		(96,528,551)	(50,887,504)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2020

	Notas	2020	2019
ACTIVOS			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	379,038,663	532,562,205
Disponibilidades em instituições de crédito	11	376,856,942	15,476,444
Aplicações em instituições de crédito	12	2,689,132,484	1,204,118,114
Investimentos em títulos	13	453,268,680	1,322,130,579
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	298,941,274	49,008,956
Outros activos	15	15,266,587	7,735,416
Activo tangíveis	19	35,412,236	39,020,051
Activos sob direito de uso	16	49,839,154	54,074,286
Activos intangíveis	18	8,779,476	10,381,931
Total		4,306,535,496	3,234,507,982
PASSIVOS			
Recursos de instituições de crédito	19	675,336,890	495,866,281
Depósitos de clientes	20	2,312,903,638	1,354,901,330
Provisões	21	15,269,078	-
Passivos de locação	22	57,676,224	58,604,224
Outros passivos	23	54,636,636	37,894,566
Total		3,115,822,466	1,947,266,401
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Social	24	1,744,712,000	1,744,712,000
Prémios de emissão	25	571,653,523	571,653,523
Prejuízos acumulados		(1,125,652,493)	(1,029,123,942)
Total		1,190,713,030	1,287,241,581
Total de passivos e capital próprios		4,306,535,496	3,234,507,982

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2020

	Capital social (Nota 24)	Premios de emissão (Nota 25)	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1,744,712,000	571,653,523	(978,236,438)	1,338,129,085
Resultado líquido do exercício	-	-	(50,887,504)	(50,887,504)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	1,744,712,000	571,653,523	(1,029,123,942)	1,287,241,581
Resultado líquido do exercício	-	-	(96,528,551)	(96,528,551)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	1,744,712,000	571,653,523	(1,125,652,493)	1,190,713,030

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2020

	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado líquido do exercício		(96,528,551)	(50,887,504)
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações	16,17	36,428,270	30,823,489
Gastos em imparidades	e 18	30,757,210	5,284,589
Activos recebidos como reembolsos de crédito		-	11,048,890
Variação nos activos operacionais	27	(301,478,312)	(71,515,935)
Variação nos passivos operacionais	27	1,168,556,065	23,340,695
Aumento das reservas obrigatórias no Banco Central	28	(116,923,562)	(3,716,646)
Fluxo de caixa líquido (usado)/ gerado nas actividades operacionais		720,811,120	(55,622,395)
Fluxo de caixa das actividades de investimentos			
Aquisição de activos tangíveis	16	(7,501,299)	(20,372,780)
Aquisição de activos intangíveis	18	(2,608,130)	(2,562,971)
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		-	-
Recebimentos de investimentos em títulos	13	1,956,803,028	2,974,803,112
Aquisições de títulos	13	(1,087,941,129)	(1,884,721,674)
Fluxo de caixa líquido gerado/ (usado) nas actividades de investimentos		858,752,470	1,067,145,687
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		1,579,563,590	1,011,523,291
		1,577,084,307	565,561,016
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	28	3,156,647,897	1,577,084,307

INTRODUÇÃO

United Bank for Africa Moçambique, SA (adiante designado como UBA ou Banco) é um banco comercial privado, constituído em 2009, que começou a operar em Novembro de 2010, com a sua sede na praça 16 de Junho, nº 312 Edifício do INCM, 2º andar Malanga - Maputo, Moçambique. A Empresa mãe é o United Bank for Africa Plc, um Banco constituído na Nigéria e também envolvido em actividades de banca comercial.

1. Políticas contabilísticas

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de Maio de 2021 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As notas explicativas às demonstrações financeiras estabelecem áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em

que premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras do Banco.

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos.

Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível de mercados, contudo, sempre que tal não seja exigível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

As técnicas de avaliação incluem o valor actual líquido, modelos de fluxos de caixa descontados e outros modelos de avaliação. Pressupostos e inputs utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os spreads de crédito e outros prémios utilizados para estimar as taxas de desconto, preços de obrigações, bilhetes de tesouro e taxas de câmbio.

O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data



do relato, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

Perdas por imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes

A seguir, são apresentados os julgamentos críticos, além dos que envolvem estimativas (tratadas separadamente abaixo), que a Administração fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco e que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Avaliação do modelo de negócios: A classificação e a mensuração de activos financeiros dependem dos resultados do fluxo de caixa contratuais (Pagamento de Juros e Capital) e do teste do modelo de negócios.

O Banco determina o modelo de negócios em um nível que reflecte como grupos de activos financeiros são geridos para atingir um objectivo de negócios específico.

Essa avaliação inclui julgamentos que reflectem todas as evidências relevantes, incluindo o desempenho dos activos; os riscos que afectam o desempenho dos activos e como estes são geridos e como os gestores dos activos são remunerados.

O Banco monitora activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou justo valor através do rendimento integral que são desreconhecidos antes da sua maturidade para entender o motivo da sua alienação e se as razões são consistentes com o objectivo do negócio para o qual o activo foi mantido.

O monitoramento faz parte da avaliação contínua do Banco para assegurar que modelo de negócios para o qual os activos financeiros remanescentes são mantidos continua a ser apropriado, caso tenha havido uma alteração no modelo de negócios, a classificação dos activos é alterada prospectivamente.

- Aumento significativo do risco de crédito: As perdas de crédito esperadas (ECL) são mensuradas como uma provisão igual a ECL de 12 meses para activos de estágio 1, ou activos de ECL ao longo da vida esperada para activos de estágio 2 ou 3.

Um activo passa para o estágio 2 quando o seu risco de crédito aumenta significativamente desde o reconhecimento inicial. A NIRF 9 não define o que constitui um aumento significativo no risco de crédito. Ao avaliar se o risco de crédito de um activo aumentou significativamente, o Banco leva em consideração informações prospectivas qualitativas e quantitativas razoáveis e sustentáveis.

- Estabelecimento de grupos de activos com características semelhantes de risco de crédito: Quando as ECLs são medidas colectivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco compartilhadas.

O Banco monitora a adequação das características de risco de crédito em uma base contínua para avaliar se elas continuam sendo semelhantes.

Isso é necessário para assegurar que, caso as características do risco de crédito alterem, haja uma adequada segmentação dos activos. Isso

pode resultar na criação de novos portfólios ou na migração de activos para um portfólio existente que reflecta melhor as características semelhantes de risco de crédito desse grupo de activos.

A ressegmentação de portfólios e movimento entre carteiras é mais comum quando há um aumento significativo no risco de crédito (ou quando esse aumento significativo reverte) e assim os activos passam de ECLs de 12 meses para períodos de vida, ou vice-versa, mas também podem ocorrer dentro de carteiras que continuam a ser medidas na mesma base de ECLs de 12 meses ou vida útil, mas o valor da ECL muda porque o risco de crédito das carteiras é diferente.

- Modelos e premissas utilizadas: O Banco utiliza diversos modelos e premissas na mensuração do justo valor de activos financeiros, bem como na estimativa de ECL. O julgamento é aplicado na identificação do modelo mais apropriado para cada tipo de activo, bem como na determinação das premissas utilizadas nesses modelos, incluindo as premissas relacionadas aos principais determinantes do risco de crédito.

Principais fontes de incerteza de estimativa

A seguir estão as principais estimativas que os administradores utilizaram no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco e que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Determinar o número e respectivos ponderadores de cenários prospectivos (forward-looking) para cada tipo de produto / mercado e determinar as informações de prospectivas relevantes para cada cenário: Ao mensurar a ECL, o Banco usa informações prospectivas razoáveis e suportáveis, que são baseadas em suposições para o futuro movimento de diferentes factores económicos e como esses factores afectarão uns e outros.

Probabilidade de incumprimento (PD): constitui um factor-chave na mensuração da ECL. A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

Perda dado o incumprimento (LGD): É uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseado na diferença entre os fluxos de caixa contratuais vencidos e aqueles que o Banco esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e de crédito integral.

Mensuração do justo valor e processo de avaliação: Ao estimar o justo valor de um activo ou passivo financeiro, o Banco utiliza dados observáveis no mercado, na medida em que estejam disponíveis. Quando os dados do Nível 1 não estão disponíveis, o Banco usa modelos de avaliação para determinar o justo valor dos seus instrumentos financeiros.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores

registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre pessoas colectivas) e IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado).

O Conselho de Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções à base fiscal declarada, como resultado dessas revisões, não deverão ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras.

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados.

Os prováveis lucros tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

1.3. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas

	2020	2019
Dólar Americano	74.90	61.47
Euro	92.02	68.89
Rand Sul Africano	5.09	4.37
Libra	102.25	80.72
Naira	0.19	0.17

b) Reconhecimento de rédito e gasto

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o banco, e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rubrica:

i) Juros, rendimentos e gastos financeiros

Os rendimentos e gastos de juros para todos os instrumentos financeiros, excepto aqueles classificados como mantidos para negociação ou aqueles mensurados ou designados pelo valor justo, são reconhecidos na rubrica "Juros e rendimentos similares" como e "Juros e gastos similares" no resultado através do método da taxa de juros efectiva. Os juros dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através dos resultados são incluídos no movimento do valor justo durante o período.

A taxa de juro efectiva (TJE) é a taxa que desconta exactamente os fluxos de caixa futuros estimados do instrumento financeiro ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, num período mais curto, para o valor líquido actual do activo ou passivo financeiro. Os fluxos de caixa futuros são estimados levando em consideração todos os termos contratuais do instrumento.

O cálculo da TJE inclui todas as taxas e pontos pagos ou recebidos entre as partes do contrato, que são incrementais e diretamente atribuíveis ao contrato de empréstimo específico, aos custos de transação e a todos os outros prémios ou descontos. Para os activos financeiros ao

na preparação das demonstrações financeiras foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados (excepto quando divulgado de outra forma):

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção.

Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média diária divulgada pelo Banco de Moçambique à data de balanço. As diferenças de câmbio são reconhecidas em resultados no período a que respeitam.

Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado. As diferenças em moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas nos resultados.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos relevantes, denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

valor justo através de resultados, os custos de transação são reconhecidos no resultado no reconhecimento inicial.

O rendimento/gasto de juros é calculado aplicando-se a TJE ao valor contabilístico bruto de activos financeiros (ou seja, ao custo amortizado do activo financeiro antes do ajustamento de qualquer imparidade), ou ao custo amortizado de passivos financeiros. Para os activos financeiros com perda de imparidade, o rendimento de juros é calculado aplicando-se a TJE ao custo amortizado dos activos financeiros com perda de imparidade (ou seja, o valor contabilístico bruto menos a provisão para perdas esperadas de crédito (ECLs)). Para activos financeiros originados ou comprados com redução no valor recuperável de crédito (POCI), a TJE reflecte as ECLs na determinação dos fluxos de caixa futuros que se espera que sejam recebidas do activo financeiro.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

Os rendimentos e gastos de comissões incluem outras taxas que não aquelas que são parte integrante da TJE. As comissões incluídas nesta parte da demonstração de resultados incluem, entre outras coisas, comissões cobradas pelo serviço de um empréstimo, taxas de não utilização relacionadas com compromissos de empréstimo, quando é improvável que resultem num acordo de empréstimo específico e comissões na sindicância de empréstimos.

Gastos de honorários e comissões com relação



a serviços são contabilizadas na medida que os serviços são recebidos.

iii) Rendimentos líquidos em operações financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem todos os ganhos e perdas de variações no justo valor de activos financeiros e passivos financeiros mantidos para negociação. O Banco optou por apresentar o movimento do justo valor dos activos e passivos mantidos para negociação nos resultados de operações financeiras, incluindo quaisquer rendimentos, gastos de juros e dividendos.

c) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Banco quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Activos e passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros (que não sejam activos financeiros e passivos financeiros no justo valor através de resultados (FVTPL) são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, conforme o caso, no momento do reconhecimento inicial.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos e passivos financeiros ao justo valor por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Se o preço de transacção diferir do justo valor no reconhecimento inicial, o banco contabilizará essa diferença da seguinte forma:

- Se o justo valor for evidenciado por um preço cotado em um Mercado activo para um activo ou passivo idêntico ou com base em uma técnica de avaliação que utiliza apenas dados de mercados observáveis, a diferença é reconhecida no resultado no reconhecimento inicial (ou seja, dia 1 lucros ou prejuízos);
- Em todos os outros casos, o justo valor será ajustado para alinhá-lo ao preço da transacção (ou seja, o lucro ou a perda do dia 1 será diferido, incluindo no valor contabilístico inicial do activo ou passivo).

Após ao reconhecimento inicial, o ganho ou perda diferido será transferido para resultados de forma racional, apenas na extensão em que surgir de uma mudança em um factor (incluindo o tempo) que os participantes do Mercado levariam em consideração ao colocarem o preço de um activo ou passivo.

i) Activos financeiros

Todos os activos financeiros são reconhecidos e desreconhecidos em uma data de negociação em que a compra ou venda de um activo financeiro está sob um contrato cujos termos exigem a entrega do activo financeiro dentro do prazo estabelecido pelo mercado em questão e são inicialmente mensurados pelo justo valor, mais custos de transacção, excepto para aqueles activos financeiros classificados como FVTPL. Os custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição de activos financeiros classificados como FVTPL são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todos os activos financeiros reconhecidos que estão dentro do âmbito da NIRF 9 devem ser subsequentemente mensurados pelo custo

amortizado ou pelo justo valor com base no modelo de negócios da entidade para gerir os activos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos activos financeiros. Especificamente:

- instrumentos de dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objectivo é colectar os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (SPPI), são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado;
- os instrumentos de dívida mantidos em um modelo de negócios cujo objectivo é colectar os fluxos de caixa contratuais e vender os instrumentos de dívida, e que possuem fluxos de caixa contratuais que são SPPI, são subsequentemente mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI);
- todos os outros instrumentos de dívida (por exemplo, instrumentos de dívida administrados com base no justo valor, ou mantidos para venda) e investimentos em acções são subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados (FVTPL).

No entanto, o Banco pode fazer a seguinte eleição ou designação irrevogável no reconhecimento inicial de um activo financeiro, activo por activo:

- Banco pode, de maneira irrevogável, apresentar alterações subsequentes no valor do justo valor de um investimento em accções que não seja mantido para negociação nem contraprestação contingente reconhecida por um adquirente em uma combinação de negócios à qual o IRFS 3 se aplica, em OCI; e
- Banco pode, de forma irrevogável, designar um instrumento de dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou FVTOCI, conforme mensurado no FVTPL, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contabilístico (referido como opção de justo valor).

Activos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (FVTOCI)

O Banco avalia a classificação e mensuração de um activo financeiro com base nas características contratuais do fluxo de caixa do activo e no modelo de negócios do Banco para gerir o activo.

Para que um activo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo FVTOCI, seus termos contratuais devem originar fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros do montante em dívida (SPPI).

Para fins de teste SPPI, capital é o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. Esse valor do capital pode mudar ao longo da vida do activo financeiro (por exemplo, se houver reembolsos do capital).

Os juros consistem na consideração do valor temporal do dinheiro, do risco de crédito associado ao valor do capital em dívida durante um determinado período de tempo e de outros riscos e custos básicos de empréstimos, além de uma margem de lucro. A avaliação do SPPI é feita na moeda em que o activo financeiro é denominado.

Os fluxos de caixa contratuais que são SPPI são consistentes com um acordo de empréstimo básico. Os termos contratuais que introduzem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não estão relacionados a um acordo básico de empréstimo, como exposição a mudanças nos preços das acções ou dos preços das commodities, não dão origem a fluxos de caixa contratuais que são SPPI.

Um activo financeiro originado ou adquirido pode ser um acordo de empréstimo básico, independentemente de ser um empréstimo em sua forma legal.

Uma avaliação dos modelos de negócios para gestão de activos financeiros é fundamental para a classificação de um activo financeiro. O Banco determina os modelos de negócios em um nível que reflete como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo comercial específico.

O modelo de negócios do Banco não depende das intenções da administração para um instrumento individual; portanto, a avaliação do modelo de negócios é realizada em um nível mais alto de agregação do que instrumento-por-instrumento.

O Banco possui mais de um modelo de negócios para gerir seus instrumentos financeiros, que refletem como o banco gere os seus activos financeiros, a fim de gerar fluxos de caixa. Os modelos de negócios do Banco determinam se os fluxos de caixa resultarão de recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de activos financeiros ou de ambos.

O Banco considera todas as informações relevantes disponíveis ao fazer a avaliação do modelo de negócios. No entanto, essa avaliação não é realizada com base em cenários que o Banco razoavelmente não espera que ocorram, como os chamados cenários de 'pior caso' ou 'caso de estresse'. O Banco leva em consideração todas as evidências relevantes disponíveis, como:

- como o desempenho do modelo de negócios e os activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios são avaliados e relatados ao pessoal-chave da administração da entidade;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios) e, em particular, a maneira pela qual esses riscos são geridos; e
- como os gestores da empresa são remunerados (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recebidos).

No reconhecimento inicial de um activo financeiro, o Banco determina se os activos financeiros recentemente reconhecidos fazem parte de um modelo de negócios existente ou se refletem o início de um novo modelo de negócio.

O Banco reavalia seus modelos de negócios a cada período do relatório para determinar se os modelos de negócios foram alterados desde o período anterior. Para o período actual e anterior do relatório, o Banco não identificou uma mudança em seus modelos de negócios.

Quando um instrumento de dívida mensurado no FVTOCI é desreconhecido, o ganho/perda

acumulado anteriormente reconhecido no OCI é reclassificado do capital próprio para o resultado. Por outro lado, para um investimento em acções designado como mensurado no FVTOCI, o ganho/ perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI não é subsequentemente reclassificado para o resultado, mas dentro do capital próprio.

Instrumentos financeiros que são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado ou pelo FVTOCI estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

No período de reporte actual e anterior, o Banco aplicou a opção de justo valor e designou instrumentos financeiros que atendem ao custo amortizado ou aos critérios do FVTOCI, conforme mensurado no FVTPL.

Activo Financeiro ao justo valor através do resultado (FVTPL)

Os activos financeiros do FVTPL são:

- activos com fluxos de caixa contratuais que não são SPPI; e ou
- activos mantidos em um modelo de negócios que não sejam mantidos para receber fluxos de caixa contratuais ou mantidos para colectar e vender; ou
- activos designados ao FVTPL usando a opção do justo valor.

Esses activos são mensurados pelo justo valor, com quaisquer ganhos/perdas decorrentes de reavaliação reconhecidos no resultado.

Reclassificação entre categorias de activos financeiros

Se o modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros altera, os activos financeiros afectados são reclassificados. Os requisitos de classificação e mensuração relacionados à nova categoria se aplicam prospectivamente a partir do primeiro dia do primeiro período de relato após a mudança no modelo de negócios que resulta na reclassificação dos activos financeiros do Banco.

Durante o exercício financeiro actual e o período contabilístico anterior, não houve alteração no modelo de negócios sob o qual o Banco detém activos financeiros e, portanto, não houve reclassificações. As mudanças nos fluxos de caixa contratuais são consideradas na política contabilística de modificação e desreconhecimento de activos financeiros descrita abaixo.

Ganhos e perdas cambiais

O valor contabilístico dos activos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado nessa moeda estrangeira e convertido pela taxa spot no final de cada período do relato. Especificamente:

- para activos financeiros mensurados pelo custo amortizado que não fazem parte de um relacionamento de hedge designado, as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado no item de linha 'outras receitas';
- para instrumentos financeiros medidos pelo justo valor através de outro rendimento integral que não fazem parte de uma relação de cobertura designada, as diferenças de câmbio no custo amortizado do instrumento financeiro são reconhecidas no resultado no item de linha 'outras receitas'. Outras



diferenças de câmbio são reconhecidas no outro rendimento integral na reserva de reavaliação de investimentos;

- para activos financeiros mensurados no FVTPL que não fazem parte da relação de contabilidade de hedge designada, as diferenças de câmbio são reconhecidas no resultado ou na 'receita líquida de negociação', se o activo for mantido para negociação ou na 'receita líquida de outros instrumentos financeiros'. Instrumentos no FVTPL, se detidos de outro modo no FVTPL; e
- para instrumentos patrimoniais mensurados no FVTOCI, as diferenças de câmbio são reconhecidas no OCI na reserva de reavaliação de investimentos.

Imparidade de activos financeiros

O modelo de imparidade do Banco toma em consideração as perdas de crédito esperados (ECL) nos seguintes instrumentos financeiros que não são mensurados no justo valor através de resultados (FVTPL):

- empréstimos e adiantamentos a bancos;
- empréstimos e adiantamentos a clientes;
- títulos de investimentos em dívida;
- recebimentos de locação;
- compromissos de empréstimos emitidos; e
- contratos de garantia financeira emitidos.

Nenhuma perda por imparidade ao valor recuperável é reconhecida nos investimentos em acções.

Com excepção dos activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito (POCI) (que são considerados separadamente abaixo), as ECLs devem ser mensuradas por meio de uma provisão para perdas no valor igual a:

- ECL de 12 meses, ou seja, ECL ao longo da vida esperada que resulta desses eventos padrão no instrumento financeiro que são possíveis dentro de 12 meses após a data do relato (referido como Estágio 1); ou
- ECL ao longo da vida esperada, ou seja, ECL ao longo da vida esperada resultante de todos os possíveis eventos padrão durante a vida útil do instrumento financeiro (referidos como Estágio 2 e Estágio 3).

É necessária uma provisão para perdas para toda vida útil da ECL para um instrumento financeiro se o risco de crédito nesse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Para todos os outros instrumentos financeiros, as ECLs são mensuradas em um valor igual à ECL de 12 meses.

A política do Banco é sempre medir as provisões para perdas por imparidade de recebíveis de locação mercantil como ECL ao longo da vida esperada.

As ECLs são uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. São mensurados como o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da

ponderação de vários cenários económicos futuros, descontados a taxa de juro efectiva original do activo (EIR).

- para compromisso de empréstimos não utilizados, a ECL é a diferença entre o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos ao Banco se o detentor do compromisso utilizar o empréstimo e os fluxos de caixa que o Banco espera receber se o empréstimo foi utilizado; e
- para contratos de garantia financeira, a ECL é a diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar o detentor do instrumento da dívida garantida menos os valores que o banco espera receber do detentor, do devedor ou de qualquer outra parte.

O Banco mensura a ECL de forma individual ou colectiva para carteiras de empréstimos que compartilham características de risco económico semelhantes. A mensuração da provisão para perdas é baseada no valor presente dos fluxos de caixa esperados do activo usando o EIR original do activo, independentemente de ser mensurado individualmente ou colectivamente.

Activos financeiros com imparidade de crédito

Um activo financeiro é 'com imparidade de crédito' quando um ou mais eventos que têm um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorrerem. Activos financeiros com redução do valor do crédito são referidos como activos do Estágio 3. As evidências de redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- uma quebra de contrato, como um evento padrão ou vencido;
- o credor do devedor, por razões económicas ou contratuais relacionadas à dificuldade financeira do devedor, tendo concedido ao devedor uma concessão que o credor não consideraria;
- o desaparecimento de um mercado activo para um título devido à dificuldades financeiras; ou
- a compra de um activo financeiro com um desconto substancial que reflete as perdas de crédito incorridas.

Pode não ser possível identificar um único evento discreto. Em vez disso, o efeito combinado de vários eventos pode ter causado a perda de crédito de activos financeiros.

O Banco avalia se os instrumentos de dívida que são activos financeiros mensurados ao custo amortizado ou FVTOCI apresentam redução ao valor recuperável em cada data de relato. Para avaliar se os instrumentos de dívida soberana e corporativa estão com imparidade de crédito, o Banco considera factores como rendimentos de títulos, classificações de crédito e a capacidade de mutuário de captar recursos.

Um empréstimo é considerado com imparidade de crédito quando uma concessão é concedida ao mutuário devido a uma deterioração da condição financeira do mutuário, a menos que haja evidência de que, como resultado da concessão, o risco de não receber os

fluxos de caixa contratuais tenha reduzido significativamente e não há outros indicadores de imparidade.

Para activos financeiros em que as concessões são contempladas, mas não concedidas, o activo é considerado com redução no valor recuperável quando houver evidência observável de redução no valor recuperável, incluindo o atendimento à definição de inadimplência. A definição da inadimplência (veja abaixo) inclui a probabilidade de pagamento de indicadores e um anti-retorno se os valores estiverem vencidos há 90 dias ou mais.

Activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito (POCI)

Os activos financeiros da POCI são tratados de maneira diferente porque o activo é afectado por crédito no reconhecimento inicial. Para esses activos, o Banco reconhece todas as alterações no ECL ao longo da vida esperada desde o reconhecimento inicial como uma provisão para perdas com quaisquer alterações reconhecidas no resultado. Uma mudança favorável para esses activos cria um ganho por redução da imparidade.

Definição de incumprimento

A definição de incumprimento é usada na mensuração da quantia de Perdas de crédito esperadas (ECL) e na determinação se a provisão para perdas é baseada em ECL de 12 meses ou vida útil, pois o incumprimento é um componente da probabilidade de incumprimento (PD) que afecta tanto a mensuração ECL e a identificação de um aumento significativo do risco de crédito. O Banco considera os seguintes eventos como evidências de incumprimento:

- i. o mutuário está vencido há mais de 90 dias em qualquer obrigação de crédito relevante para o Banco; ou
- ii. é improvável que o mutuário pague integralmente suas obrigações de crédito ao Banco.

A definição de incumprimento é apropriadamente adaptada para reflectir características de diferentes tipos de activos. Os descobertos são considerados como vencidos uma vez que o cliente tenha ultrapassado o limite estabelecido ou tenha sido informado de um limite menor do que o valor actual em aberto.

Ao avaliar se é improvável que o mutuário pague sua obrigação de crédito, o Banco leva em conta os indicadores qualitativos e quantitativos. As informações avaliadas dependem do tipo de activo, por exemplo, em empréstimos corporativos, um indicador qualitativo usado é a quebra de cláusulas contratuais, o que não é relevante para empréstimos de retalho.

Indicadores quantitativos, como status de atraso e não pagamento de outra obrigação da mesma contraparte, são insumos fundamentais nessa análise. O banco utiliza uma variedade de fontes de informação para avaliar o incumprimento, que são desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas.

Aumento significativo no risco de crédito

O Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos aos requisitos de imparidade para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no

risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas com base na duração ao invés da ECL de 12 meses. A política contabilística do Banco não é usar o expediente prático de considerar que os activos financeiros com risco de crédito "baixo" na data de relato financeiro não tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Como resultado, o Banco monitora todos os activos financeiros, compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira que estão sujeitos à redução do valor recuperável para um aumento significativo no risco de crédito.

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco compara o risco de ocorrência de um incumprimento no instrumento financeiro na data do balanço com base no vencimento remanescente do instrumento com o risco de ocorrer um incumprimento.

Ao fazer essa avaliação, o Banco considera informações quantitativas e qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo a experiência histórica e as informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo, com base na experiência histórica do Banco e na avaliação de crédito especializada, incluindo estimativas futuras em formação.

Múltiplos cenários económicos formam a base para determinar a probabilidade de incumprimento (PD) no reconhecimento inicial e nas datas subsequentes. Cenários económicos diferentes levarão a uma probabilidade diferente de incumprimento. É a ponderação desses diferentes cenários que formam a base de uma probabilidade média ponderada de incumprimento que é usada para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, as informações prospectivas incluem as perspectivas futuras das indústrias nas quais as contrapartes do Banco operam, obtidas de relatórios económicos de especialistas, analistas financeiros, órgãos governamentais, grupos de reflexão relevantes e outras organizações similares, bem como a consideração de vários departamentos internos e fontes externas de informações económicas reais e previstas.

Para o retalho, as informações prospectivas de empréstimos incluem as mesmas previsões económicas que os empréstimos corporativos com previsões adicionais de indicadores económicos locais, particularmente para regiões com concentração em determinadas indústrias, bem como informações geradas internamente sobre o comportamento de pagamento de clientes. O Banco atribui às suas contrapartes um nível de risco de crédito interno relevante, dependendo da sua qualidade de crédito. A informação quantitativa é um indicador primário de aumento significativo no risco de crédito e é baseada na mudança na PD ao longo da vida comparando:

- A PD remanescente da vida do instrumento na data do balanço; com
- A PD do tempo de vida restante do instrumento para este momento que foi estimado com base em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial da exposição.

As PDs incluem informação prospectiva e o

Banco utiliza as mesmas metodologias e dados utilizados para mensurar a provisão para perdas na ECL.

Os factores qualitativos que indicam aumento significativo no risco de crédito são reflectidos nos modelos de PD em tempo útil. No entanto, o Banco ainda considera separadamente alguns factores qualitativos para avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente.

Para empréstimos corporativos, há um enfoque particular em activos incluídos em uma "lista de observação". Para empréstimos de consumo, o Banco considera a expectativa de tolerância, pontuação de crédito e eventos como desemprego, falência, divórcio ou morte.

Dado que um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial é uma medida relativa, uma dada mudança na PD será mais significativa para um instrumento financeiro com uma PD inicial mais baixo do que comparado a um instrumento financeiro com uma PD mais alta.

Há uma paragem quando um activo fica 30 dias em mora, nesses casos o Banco considera que ocorreu um aumento significativo no risco de crédito e o activo está no estágio 2 do modelo de imparidade, ou seja, a provisão para perdas é medida como ECL vitalícia.

Modificação e desreconhecimento de activos financeiros

Uma modificação de um activo financeiro ocorre quando os termos contratuais que regem os fluxos de caixa de um activo financeiro são renegociados ou modificados de alguma outra forma entre o reconhecimento inicial e o vencimento do activo financeiro.

Uma modificação afecta a quantia e/ou a época dos fluxos de caixa contratuais, imediatamente ou numa data futura. Além disso, a introdução ou ajuste de cláusulas restrictivas de um empréstimo existente constituiria uma modificação, mesmo que essas cláusulas novas ou ajustadas ainda não afectem os fluxos de caixa imediatamente, mas possam afectar os fluxos de caixa dependendo se o acordo é, ou não, cumprido (por exemplo, uma mudança de aumento da taxa de juros surge quando os convenants são violados).

O Banco renegocia empréstimos a clientes com dificuldades financeiras para maximizar a cobrança e minimizar o risco de incumprimento.

A tolerância a empréstimos é concedida nos casos em que, embora o mutuário tenha feito todos os esforços razoáveis para pagar sob os termos contratuais originais, existe um alto risco de incumprimento e espera-se que o mutuário atenda aos termos contratuais revistos.

Os termos revistos na maioria dos casos incluem uma extensão do vencimento do empréstimo, mudanças no timing dos fluxos de caixa do empréstimo (principal e amortização de juros), redução no montante dos fluxos de caixa devidos (principal e juros vencidos) e adendas às cláusulas contratuais. O Banco tem uma política de tolerância estabelecida que se aplica a empréstimos corporativos e de retalho.

Quando um activo financeiro é modificado, o Banco avalia se essa modificação resulta em desreconhecimento. De acordo com a política do Banco, uma modificação resulta no desreconhecimento quando dá origem a termos substancialmente diferentes. Para determinar

se os termos modificados são substancialmente diferentes dos termos contratuais originais, o Banco considera o seguinte:

- Os factores qualitativos, como fluxos de caixa contratuais após a modificação, não são mais capital e juros, alteração na moeda ou mudança na contraparte, a extensão das alterações nas taxas de juros, vencimento e cláusulas restrictivas. Se estes não indicarem claramente uma modificação substancial, então:

- Uma avaliação quantitativa é realizada para comparar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais remanescentes sob os termos originais com os fluxos de caixa contratuais sob os termos revistos, ambos os montantes descontados à taxa efectiva original. Se a diferença no valor presente for maior que 15%, o Banco considera que a modificação é substancialmente diferente, levando ao desreconhecimento.

No caso em que o activo financeiro é desreconhecido, a provisão para perdas por imparidade (ECL) é remensurada à data de desreconhecimento para determinar a quantia líquida escriturada do activo nessa data.

A diferença entre este valor contabilístico revisto e o justo valor do novo activo financeiro com os novos termos levará a um ganho ou perda no desreconhecimento. O novo activo financeiro terá uma provisão para perdas, mensurada com base na ECL de 12 meses, excepto nas raras ocasiões em que o novo empréstimo for considerado como originado com redução no valor recuperável de crédito. Isso se aplica somente no caso em que o justo valor do novo empréstimo é reconhecido com um desconto significativo em relação ao seu valor nominal revisto, pois permanece um alto risco de incumprimento que não foi reduzido pela modificação.

O Banco monitora o risco de crédito dos activos financeiros modificados ao avaliar informações qualitativas e quantitativas, como, por exemplo, se o tomador está em situação de atraso nos novos termos.

Quando os termos contratuais de um activo financeiro são modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, o Banco determina se o risco de crédito do activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial comparando:

- A PD (Probabilidade de incumprimento) remanescente ao longo da vida estimada com base nos dados no reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais;
- Com a PD remanescente na data de relato e com base nos termos modificados.

Para activos financeiros modificados como parte da política de tolerância do Banco, onde a modificação não resultou em desreconhecimento, a estimativa de PD reflecte a capacidade do Banco de colectar os fluxos de caixa modificados levando em conta a experiência anterior do Banco, bem como vários indicadores comportamentais, incluindo o desempenho do pagamento do mutuário em relação aos termos contratuais modificados. Se o risco de crédito permanecer significativamente mais alto do que o esperado no reconhecimento inicial, a provisão para perdas continuará a ser medida em um montante igual à ECL vitalícia.

A provisão para perdas com empréstimos diferidos geralmente só será mensurada com base na ECL de 12 meses, quando houver evidência de melhora do comportamento de reembolso após a modificação, levando a uma reversão do aumento significativo anterior no risco de crédito.

Quando uma modificação não leva ao desreconhecimento, o Banco calcula o ganho / perda de modificação comparando o valor contabilístico bruto antes e depois da modificação (excluindo a provisão ECL). Em seguida, o Banco mede a ECL para o activo modificado, onde os fluxos de caixa esperados provenientes do activo financeiro modificado são incluídos no cálculo das deficiências de caixa esperadas do activo original.

O Banco desreconhece um activo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram (incluindo a expiração resultante de uma modificação com termos substancialmente diferentes), ou quando o activo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do activo são transferidos para outra entidade.

Se o Banco não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continuar a controlar o activo transferido, o Banco reconhece sua participação retida no activo e um passivo associado para os valores que poderá ter de pagar.

Se o Banco reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade de um activo financeiro transferido, o Banco continua a reconhecer o activo financeiro e também reconhece um empréstimo garantido pelos recursos recebidos.

No momento do writte off de um activo financeiro na sua totalidade, a diferença entre o valor contabilístico do activo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho/perda acumulado que tinha sido reconhecido no rendimento integral e acumulado nos capitais próprios é reconhecido em resultados, com a exceção do investimento de capital designado conforme mensurando ao justo valor através do rendimento integral, onde o ganho/perda acumulada anteriormente reconhecida no rendimento integral não é subsequentemente reclassificado no resultado.

No desreconhecimento de um activo financeiro que não seja integralmente (por exemplo, quando o Banco retém a opção de recomprar parte de um activo transferido), o Banco aloca a quantia escriturada anterior do activo financeiro entre a parte que continua a reconhecer sob envolvimento contínuo, e a parte que ele não reconhece mais com base nos justos valores relativos dessas partes na data da transferência.

A diferença entre o valor contabilístico alocado para a parte que não é mais reconhecida e a soma da contraprestação recebida pela parte não é mais reconhecida e qualquer ganho/perda acumulado alocado a ela que foi reconhecido em Outro Rendimento Integral é reconhecido no resultado.

Um ganho / perda acumulado que foi reconhecido em OCI é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida com base nos justos valores relativos dessas partes. Isso não se aplica a investimentos em ações designados como

mensurados no FVTOCI, pois o ganho / perda acumulado anteriormente reconhecido no OCI não é subsequentemente reclassificado para o resultado.

Abates

Os empréstimos e títulos de dívida são saneados quando o Banco não tem expectativas razoáveis de recuperar o activo financeiro (na sua totalidade ou em parte dele). É o caso quando o Banco determina que o mutuário não possui activos ou fontes de receita que possam gerar fluxos de caixa suficientes para pagar os valores sujeitos a saneamento.

Um saneamento constitui um evento de desreconhecimento. O Banco pode aplicar actividades de execução a activos financeiros saneados. As recuperações resultantes das actividades de execução do Banco resultarão em ganhos por redução das imparidades.

Apresentação da provisão para ECL na demonstração da posição financeira

As provisões para perdas para ECL são apresentadas na demonstração da posição financeira da seguinte forma:

- para activos financeiros mensurados ao custo amortizado: como dedução do valor contabilístico bruto dos activos;
- para instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral: nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira, pois o valor contabilístico está ao justo valor. No entanto, a provisão para perdas é incluída como parte do valor da reavaliação na reserva de reavaliação de investimentos;
- para compromissos de empréstimos e contratos de garantia financeira: como provisão; e
- quando um instrumento financeiro inclui uma componente utilizada e uma componente não utilizada, e o Banco não pode identificar a ECL na componente de compromisso de empréstimo separadamente daqueles na componente utilizada: o Banco apresenta uma provisão para perdas combinada para ambas componentes. O valor combinado é apresentado como uma dedução do valor contabilístico bruto da componente utilizada. Qualquer excesso da provisão para perdas sobre o valor bruto da componente utilizada é apresentado como uma provisão.

ii) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os instrumentos de dívida e de capital próprio emitido são classificados como passivos financeiros ou como capital próprio de acordo com a substância do acordo contratual.

Um passivo financeiro é uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro activo financeiro ou de trocar activos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições que sejam potencialmente desfavoráveis para o Banco ou um contrato que será ou possa ser liquidado com instrumentos de capital próprio do Banco e é um contrato não derivativo pelo qual o Banco é ou pode ser obrigado a entregar um número variável de instrumentos de capital próprio, ou um contrato derivativo sobre os capitais próprios líquidos que pode ser liquidado pela troca de uma quantia fixa em dinheiro. (ou outro activo financeiro) por um número fixo de instrumentos de capital próprio do Banco.



Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie uma participação residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital próprio emitido pelo Banco são reconhecidos pelos recursos recebidos, líquidos dos custos directos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de capital do Banco é reconhecida e deduzida directamente no capital próprio. Nenhum ganho/perda é reconhecido no resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de capital próprio do Banco.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros "ao justo valor através de resultados" ou "outros passivos financeiros".

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros são classificados como ao justo valor através de resultados quando são (i) detidos para negociação, ou (ii) designados como ao justo valor através de resultados.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- Foi incorrido principalmente para recompra-lo no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Banco administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- É um derivativo que não é designado e efectivo como instrumento de cobertura.

Um passivo financeiro não mantido para negociação ou contraprestação contingente que pode ser pago por um adquirente como parte de uma combinação de negócios pode ser designado como justo valor através de resultados no reconhecimento inicial se:

- tal designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que de outra forma surgiria; ou
- o passivo financeiro faz parte de um grupo de activos financeiros ou passivos financeiros ou ambos, que é gerenciado e seu desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada do Grupo ou estratégia de investimento, e informações sobre o agrupamento são fornecidas internamente nessa base; ou
- faz parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a NIRF 9 permite que todo o contrato híbrido (combinado) seja designado como justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultado são demonstrados ao justo valor, com quaisquer ganhos/perdas resultantes de nova mensuração reconhecidos no resultado, na medida em que não fazem parte de uma relação de cobertura designada.

O ganho / perda líquido reconhecido no resultado inclui os juros pagos sobre o passivo financeiro e é incluído na conta do resultado líquido de outros instrumentos financeiros do

valor justo por meio do resultado na conta de lucros ou perdas.

No entanto, para passivos financeiros não derivativos designados como justo valor através de resultados, o valor da mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito desse passivo é reconhecido no outro rendimento integral, a menos que o reconhecimento dos efeitos de mudança no risco de crédito do passivo em outro rendimento integral criaria ou aumentaria uma falta de balanceamento contabilístico no resultado.

O valor restante da mudança no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. Alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito de um passivo financeiro que são reconhecidas no outro rendimento integral não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; em vez disso, são transferidos para lucros acumulados mediante o desreconhecimento do passivo financeiro.

Para compromissos de empréstimos emitidos e contratos de garantia financeira designados no FVTPL, todos os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado.

Ao determinar se o reconhecimento de mudanças no risco de crédito do passivo em OCI criará ou aumentará uma falta de balanceamento contabilístico no resultado, o Banco avalia se espera que os efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo sejam compensados no resultado por uma mudança no justo valor de outro instrumento financeiro mensurado ao justo valor por via de resultado. Essa determinação é feita no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo depósitos e empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

O método de juro efectivo é um método de calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e de alocar a despesa de juros pelo período relevante. A TJE é a taxa que desconta exactamente os pagamentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do passivo financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para o valor contabilístico líquido no reconhecimento inicial. Para detalhes sobre TJE, consulte a seção "receita líquida de juros" acima.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Banco desreconhece os passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Banco são liquidadas, canceladas ou vencidas. A diferença entre o valor contabilístico do passivo financeiro desreconhecido e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Quando o Banco troca com o credor existente um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes, essa troca é contabilizada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Da mesma forma, o Banco contabiliza a modificação substancial dos termos de um passivo existente ou parte dele como extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. Presume-se que os termos sejam substancialmente diferentes se o valor

presente descontado dos fluxos de caixa sob os novos termos, incluindo quaisquer taxas pagas líquidas de quaisquer taxas recebidas e descontadas usando a taxa efetiva original for pelo menos 10% diferente do presente descontado valor dos fluxos de caixa restantes do passivo financeiro original.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido relatado na demonstração da posição financeira e, somente se, houver um direito legal de compensar os valores reconhecidos e existir uma intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Contratos de garantia financeira

Um contrato de garantia financeira é um contrato que exige que o emissor efectue pagamentos especificados para reembolsar o titular por uma perda incorrida, porque um devedor especificado não efectua pagamentos quando devidos de acordo com os termos de um instrumento de dívida.

Os contratos de garantia financeira emitidos por uma entidade do Banco são mensurados inicialmente pelos seus justos valores e, se não forem designados pelo justo valor através de resultados e não decorrentes da transferência de um activo financeiro, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas determinado de acordo com a NIRF 9; e
- o valor inicial reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com as políticas de reconhecimento do rédito do Banco.

Os contratos de garantia financeira não designados ao justo valor através de resultados são apresentados como provisões na demonstração da posição financeira e a remensuração é apresentada em outros rendimentos.

O Banco não designou nenhum contrato de garantia financeira como ao justo valor através de resultados.

f) Compromissos em conceder um empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado

Os compromissos para conceder um empréstimo a uma taxa de juros abaixo do mercado são mensurados inicialmente pelos seus justos valores e, se não designados com justo valor

	Years
Obras em edifícios arrendados	3
Equipamentos	4 - 10
Viaturas	4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em - outros ganhos operacionais ou - outros gastos operacionais na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software (licenças). O software adquirido pelo Banco é registado ao custo menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

através de resultados, são subsequentemente mensurados pelo maior valor entre:

- o valor da provisão para perdas determinado de acordo com a NIRF 9; e
- o valor inicial reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do rendimento reconhecido de acordo com as políticas de reconhecimento do rédito do Banco.

Os compromissos de concessão de um empréstimo abaixo da taxa de Mercado não designada no justo valor através de resultados são apresentados como provisões na demonstração da posição financeira e a remensuração é apresentada em outros rendimentos.

O Banco não designou nenhum compromisso de conceder um empréstimo abaixo da taxa do Mercado designada no justo valor através de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa excluem saldos referente a reservas obrigatórias no Banco Central.

h) Activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade. Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual.

Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento da posição financeira. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento.

A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

j) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia em cada data de relato ou com maior frequência se ocorreram eventos que alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro.

Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estima o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

O valor recuperável de um activo é o maior entre o justo valor de um activo ou uma unidade geradora de caixa menos os custos de alienação e seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um activo individual, a menos que o activo não gere entradas de caixa amplamente independentes das de outros activos ou grupos de activos.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações actuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do activo.

Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transações recentes de mercado são levadas em consideração. Se nenhuma dessas alterações puder ser identificada, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de acções cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de justo valor disponíveis.

É feita uma avaliação em cada data de relato para determinar se há alguma indicação de que as perdas por imparidades ao valor recuperável reconhecidas anteriormente não possam mais existir ou possam ter diminuído. Se essa indicação existir, o valor recuperável é estimado.

A perda por imparidade ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida somente se houver uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável do activo desde que a última perda por imparidade ao valor recuperável foi reconhecida. Se for esse o caso, o valor contabilístico do activo é aumentado para o seu valor recuperável.

A reversão da imparidade é limitada de forma que o valor contabilístico do activo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contabilístico que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o activo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado, a menos que o activo esteja registado por um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação.

k) Impostos sobre rendimento

i) Impostos correntes

Os impostos correntes, activos ou passivos, são estimados com base no valor esperado a pagar ou a recuperar às autoridades fiscais. A taxa legal

de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data da posição financeira.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos na matéria colectável resultante de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

ii) Imposto diferido

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais (Nota 9), na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra as diferenças temporárias dedutíveis, e o reporte de créditos fiscais não utilizados e prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados, excepto:

- Quando o activo por imposto diferido resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e

- No que diz respeito a diferenças temporárias dedutíveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos activos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado.

Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco possuir uma obrigação legal ou construtiva actual que possa ser estimada com confiabilidade e for provável que uma saída de benefícios económicos

seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas mediante o desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações actuais do mercado do valor temporal do dinheiro e, quando apropriado, dos riscos específicos do passivo.

m) Locações (NIRF 16)

A contabilização das locações segue o disposto na NIRF 16 – Locações, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de locações para ambas as partes de um contrato, ou seja, o cliente (“locatário”) e o fornecedor (“locador”).

De acordo com a mesma o locatário reconhece um activo de direito de uso que representa um direito de usar o activo subjacente e um passivo de locação que representa uma obrigação de efectuar pagamentos de renda. Existem isenções de reconhecimento para locações de curto prazo e locações de itens de baixo valor. Todos os contratos ao abrigo desta isenção não são significativos para o Banco.

Assim, na qualidade de locatário, o Banco reconhece novos activos e passivos para as locações operacionais, que correspondem a imóveis para uso próprio (agências e outros) e reconhece um custo de depreciação para os activos que correspondem ao direito de uso e um custo financeiro de juros sobre o passivo de locação. O Banco inclui os pagamentos devidos sob a locação no seu passivo de locação.

n) Normas emitidas ou revistas mas ainda não efectivas

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos anuais iniciados após 31 de Dezembro de 2021. O Banco ainda não aplicou as seguintes alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

- NIRF 17 – Contratos de seguros (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);

- Alterações à NIRF 17 – Contratos de seguros (data efectiva: 1 de Janeiro de 2023);

- Classificação de passivos em corrente e não-correntes – alterações à NIC 1 (data efectiva: 1 Janeiro de 2023);

- Referência à estrutura conceptual – alterações às NIRF 3 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);

- Produto de venda antes do uso pretendido – alterações à NIC 16 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);

- Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato – alterações à NIC 37 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);

- Ciclo de melhorias (2018 – 2020) – alterações às NIRF 1, NIRF 9, NIRF 16 e NIC 41 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);

- Extensão da isenção temporária da aplicação da NIRF 9 - Alterações à NIRF 4 (data efectiva: 1 Janeiro de 2023);

- Classificação de passivos em corrente e não-correntes – alterações à NIC 1 (data efectiva: 1 Janeiro de 2022);

- Covid-19-Concessão de rendas relacionadas – Alterações à NIRF 16 - (data efectiva: 1 Janeiro de 2021).

Não se espera que as normas e alterações acima tenham impacto significativo nas Demonstrações financeiras do Banco, Contudo, a Administração continua a avaliar o impacto da adopção das mesmas.

2. Margem financeira

	2020	2019
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	17,846,280	9,888,483
Juros de bilhetes de tesouro	128,065,337	224,127,997
Juros do transacções no Mercado monetário interbancário	102,778,917	60,255,945
Juros de aplicações em instituições de crédito	44,201,928	7,027,394
	292,892,462	301,299,819
Juros e gastos similares		
Juros pagos sobre depósitos de clientes	(86,626,157)	(78,108,899)
Juros de locação financeira	(12,908,520)	(12,057,019)
	(99,534,677)	(90,165,918)
	193,357,785	211,133,901

3. Rendimento líquido de serviços e comissões

	2020	2019
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões	32,544,702	29,485,404
Taxa de transacções financeiras	16,293,918	5,352,852
	48,838,620	34,838,256
Gastos com serviços e comissões		
Outros gastos com serviços e comissões	(23,928,831)	(22,917,168)
	(23,928,831)	(22,917,168)
	24,909,789	11,921,088

A rubrica de outros encargos com serviços e comissões, refere-se a comissões de uso de cartões VISA e Mastercard electrónico.

4. Rendimentos em operações cambiais

	2020	2019
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	30,909,944	65,406,098
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	(102,467)	(31,752,361)
	30,807,477	33,653,737



5. Gastos com o pessoal

	2020	2019
Vencimentos e salários	150,878,197	125,610,375
Imposto sobre remunerações	3,441,560	3,284,947
Total	154,319,757	128,895,322

6. Gastos administrativos

	2020	2019
Publicidades	3,483,416	9,445,578
Comunicações	7,581,665	6,694,152
Consumíveis	3,360,515	2,466,661
Seguros	2,410,359	2,394,698
Manutenção e reparação	3,123,869	2,346,834
Honorários profissionais	10,674,845	6,868,285
Rendas	7,393,078	7,597,851
Segurança	3,640,077	3,562,923
Deslocações e despesas de representação	4,301,192	10,649,264
Água, Electricidade e Combustíveis	3,634,732	3,305,279
Outros	21,764,711	25,234,560
Total	71,368,459	80,566,085

Outros representam os custos relacionados a transferência e os custos incorridos pelo escritório regional em nome da subsidiária.

7. Outros gastos operacionais

	2020	2019
Donativos	6,858,942	402,770
Penalidades	830,785	220,000
Outros	-	41,122
Total	7,689,727	663,892

8. Outros rendimentos operacionais

	2020	2019
Outros	-	-
Total	2,539,268	4,022,304

9. Imposto sobre o rendimento

para os exercícios findos em 31 Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	2020	2019
Imposto corrente	47,579,447	65,385,157
Total	47,579,447	65,385,157

O imposto sobre o rendimento corresponde ao imposto retido na fonte sobre juros de títulos do tesouro e das aplicações no mercado monetário a título definitivo.

9.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 Dezembro 2020 e 2019 é como segue:

	2020	2019
Resultado antes de impostos	(96,528,551)	(50,887,502)
Perdas de diferenças cambiais não realizadas	299,072	-
Depreciações e amortizações não dedutíveis	1,739,328	1,389,656
Despesas de publicidades não dedutíveis	-	5,232,612
Realizações de utilidade social	6,301,982	7,000,247
Donativos	6,858,942	402,770
Imposto sobre rendimento	100,000	100,000
Ajudas de custo pela utilização de viatura do trabalhador	603,357	2,965,369
Despesas de representação	129,585	252,014
Despesas com viaturas ligeiros de passageiros	1,320,737	1,454,278
Imposto retido na fonte sobre juros de bilhetes de tesouro	47,579,447	65,385,157
Penalidades	830,785	220,000
Total	(301,412,950)	(261,345,085)
Rendimentos não tributáveis	-	(11,450,606)
Perdas cambiais não realizadas	-	(11,450,606)
Juros de bilhetes de tesouro	(128,065,337)	(283,409,080)
Juros de permutas de liquidez	(142,582,298)	-
Prejuízo fiscal do período	(301,412,950)	(261,345,085)

Em 31 de Dezembro de 2020, o Banco apresenta prejuízos fiscais acumulados de 1,214,214,243 Meticais (2019: 1,331,266,341 Meticais) conforme a reconciliação abaixo:

	2020	2019
Saldo em 1 Janeiro	1,331,266,343	1,069,921,256
Prejuízos fiscais não utilizados	(418,465,050)	-
Prejuízos / (lucro) do exercício	301,412,950	261,345,085
Total	1,214,214,243	1,331,266,341

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais podem ser utilizados durante 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2020, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Ano de origem	Ano de expiração	Prejuízo fiscal	Valor utilizado	Saldo	Imposto diferido 32%
2016	2021	246,159,276	-	246,159,276	78,770,968
2017	2022	-	-	246,159,276	78,770,968
2018	2023	405,296,930	-	651,456,206	208,465,986
2019	2024	261,345,085	-	912,801,293	292,096,414
2020	2025	301,412,950	-	1,214,214,243	388,548,558
Total		1,214,214,243	-		

Impostos diferidos no montante de 388,548,558 Meticais não foram reconhecidos pois a Administração acredita que não estão cumpridos os critérios de reconhecimento da NIC 12.

10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresentam-se como segue:

	2020	2019
Caixa		
Moeda estrangeira	9,577,391	12,935,378
Moeda nacional	34,052,868	28,374,885
Total	43,630,259	41,310,263
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda estrangeira	117,848,365	107,887,546
Moeda nacional	217,560,039	383,364,396
Total	335,408,404	491,251,942
Total	379,038,663	532,562,205

Uma parte dos saldos detidos junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para cumprir com as reservas obrigatórias.

291,996,018 Meticais (175,072,456 Meticais em 2019).

Estas reservas obrigatórias não são remuneradas e não são considerados como elementos de caixa e seus equivalentes na demonstração dos fluxos de caixa.

A regra aplicada em 31 de Dezembro de 2020, especificado pelo aviso do Banco Central que as instituições financeiras têm de manter um saldo médio periódico de 11.5% em moeda nacional e 34.5% em moeda estrangeira de todos os depósitos de clientes e depósitos do Estado de Moçambique. As reservas obrigatórias mínimas em 31 de Dezembro de 2020 foram de

11. Disponibilidades em instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2020	2019
Bancos nacionais		
Moeda estrangeira	1,162	954
Moeda nacional	157,802	177,887
Total	158,964	178,841
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	376,697,978	15,297,603
Total	376,856,942	15,476,444

O valor desta rubrica representa o somatório de saldos nas contas do Banco junto de outros bancos. Tratam-se de saldos de liquidez imediata.

12. Aplicações em instituições de crédito

As aplicações em instituições de crédito estão detalhadas abaixo:

	2020	2019
Mercado monetário interbancário	1,941,066,809	681,066,789
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	751,681,501	523,051,325
Total	2,692,748,310	1,204,118,114

	2020	2019
Menos: Imparidade de aplicações em instituições de crédito	(3,615,826)	-
Total	2,689,132,484	1,204,118,114

	2020	2019
Saldo de abertura		
Adições	3,615,826	-
Saldo Final	3,615,826	-

As colocações no mercado monetário representam fundos de curto prazo junto do Banco Central, com juros de 10,25% (MZN 1,900,000,041) e 7,25% (MZN 40,000,398), e vencimento em 04 de Janeiro de 2021. As aplicações em outras instituições de crédito estrangeiras representam depósitos de curto prazo com (i) UBA Congo, no valor de USD

4,000,000, com juros de 7,00% e data de vencimento em 29 de junho de 2021, (ii) UBA Tanzânia, no valor de USD 3,000,000, com juros de 7,27%, e vencimento em 04 de março de 2021 e (iii) UBA Nigéria, nos valores de USD 2,000,000 e USD 1,000,000, com juros de 5%, e vencimento em 22 de fevereiro de 2021 e 22 de janeiro de 2021, respectivamente.

13. Investimentos em títulos

	2020	2019
Pelo custo amortizado	446,941,129	1,315,803,028
Pelo justo valor através de outro rendimento integral	6,327,551	6,327,551
Total	453,268,680	1,322,130,579



Investimentos ao custo amortizado
Os bilhetes de tesouro são investimentos de curto prazo e mensurados pelo custo amortizado.

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a análise dos investimentos em títulos por período de vencimento apresenta-se como segue:

	2020	2019
3 a 12 meses	446,941,129	1,315,803,028

O movimento dos investimentos em títulos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 apresentam-se como segue:

	2020	2019
Saldo em 1 de Janeiro	1,315,803,028	2,409,529,730
Aumentos	1,087,941,129	1,881,076,410
Reembolsos	(1,956,803,028)	(2,974,803,112)
Saldo em 31 de Dezembro	446,941,129	1,315,803,028

Instrumentos de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral

A tabela abaixo mostra esses investimentos:

	2020	2019
Justo valor		
SIMO - Sociedade Interbancária de Moçambique	6,327,551	6,327,551

Não há mercado activo para este instrumento financeiro. Devido ao facto de que a sociedade SIMO está na fase de consolidação das suas operações, o justo valor não pode ser determinado com fiabilidade. Portanto, esse investimento financeiro foi mensurado pelo custo. O banco não tem intenção de alienar o

investimento. Além disso, todas as informações relevantes disponíveis na data de apresentação do relatório indicam que não existe evidência objectiva que possa indicar que este activo financeiro estaria em imparidade e, como tal, nenhuma redução ao valor recuperável foi reconhecida.

14. Empréstimos e adiantamentos a clientes

	2020	2019
Moeda nacional	230,054,982	66,340,903
Overdraft		
Moeda nacional	78,761,779	1,933,070
Total	308,816,761	68,273,973

	2020	2019
Menos: Perdas por imparidade dos créditos	(9,875,487)	(19,265,017)
Total	298,941,274	49,008,956

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos a clientes apresenta-se como segue:

	2020	2019
Até 3 meses	7,355,193	14,335,088
Mais de 3 meses e até 1 ano	86,125,144	4,604,022
De 1 até 5 anos	191,905,463	28,824,611
Mais de 5 anos	23,430,961	20,510,253
Total	308,816,761	68,273,973

As carteiras de empréstimos em 31 de Dezembro de 2020 têm vencimentos entre 3 meses a 1 ano, 1 ano a 5 anos e mais de 5 anos, e são descontadas a uma taxa média de 25%. Os descobertos têm vencimentos entre 3 meses e 1 ano e são descontados a uma taxa média de

25%. Essa taxa média representa a taxa variável actual no final do ano.

Análise do movimento das perdas por imparidade é apresentada como segue:

	Perdas esperadas (ECL)			2020	2019
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	
Saldo em 1 de Janeiro	779,210	-	18,485,807	19,265,017	13,833,092
Imparidade do período	4,762,966	-	3,961,464	8,724,430	5,284,589
Ajustamentos	-	-	-	-	147,336
Abates	-	-	(18,113,960)	(18,113,960)	-
Saldo em 31 de Dezembro	5,542,176	-	4,333,311	9,875,487	19,265,017

15. Outros activos

	2020	2019
Outros activos		
Despesas pré-pagas	2,970,443	2,985,878
Outras contas a receber	12,296,144	4,749,538
Total	15,266,587	7,735,416

Os outros activos são mensurados pelo custo amortizado e encontram-se detalhados abaixo:

	2020	2019
Compensação - ATM	(360,238)	345,382
Adiantamento de juros a clientes	5,170,411	-
Outros	10,633,847	4,424,130
Total	15,444,020	4,769,512

Compensação - ATM refere-se à retirada de quantias de cartões de outros bancos nas ATM's

UBA. Estes valores foram compensados em Janeiro de 2021.

	2020	2019
Saldo de abertura	20,000	
Adições	3,147,876	(20,000)
Reversões	(20,000)	-
Saldo Final	3,147,876	(20,000)

16. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Terrenos e edifícios	Obras em edifícios arrendados	Equipamentos	Viaturas	Imobilizado em curso	Total
Em 1 de Janeiro de 2019	-	13,877,661	63,103,799	21,220,522	5,421,231	103,623,213
Adições	11,048,890	290,440	7,351,450	1,682,000	-	20,372,780
Transferências	-	26,500	5,386,623	-	(5,413,123)	-
Abates	-	-	-	(1,138,521)	-	(1,138,521)
Em 31 de Dezembro 2019	11,048,890	14,194,601	75,841,872	21,764,001	8,108	122,857,472
Adições	-	992,331	5,686,898	-	822,070	7,501,299
Transferências	-	-	8,108	-	(8,108)	-
Em 31 de Dezembro 2020	11,048,890	15,186,932	81,536,878	21,764,001	822,070	130,358,771
Depreciações Acumuladas						
Em 1 de Janeiro de 2019	-	13,801,256	46,591,160	14,167,404	-	74,559,820
Depreciações do exercício	-	89,333	8,181,312	2,145,476	-	10,416,121
Abates	-	-	-	(1,138,520)	-	(1,138,520)
Em 31 de Dezembro 2019	-	13,890,589	54,772,472	15,174,360	-	83,837,421
Depreciações do exercício	110,489	264,995	8,342,862	2,390,767	-	11,109,113
Em 31 de Dezembro 2020	110,489	14,155,584	63,115,334	17,565,127	-	94,946,534
Quantia escriturada						
Em 1 de Janeiro de 2019	-	76,405	16,512,639	7,053,118	5,421,231	29,063,393
Em 31 de Dezembro de 2019	11,048,890	304,012	21,069,400	6,589,641	8,108	39,020,051
Em 31 de Dezembro de 2020	10,938,401	1,031,348	18,421,544	4,198,874	822,070	35,412,236

17. Activos sob direito de uso

2020	Saldo em 1 Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Contratos terminados	Saldo em 31 Dezembro
Edifícios					
Direito de uso	71,683,586	16,872,440	-	-	88,556,026
Depreciação	(17,609,300)	(4,114,110)	(16,994,462)	-	(38,717,872)
Ajustamento	-	-	1,000	-	1,000
Total	54,074,286	12,758,330	(16,993,462)	-	49,839,154

2019	Saldo em 1 Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Contratos terminados	Saldo em 31 Dezembro
Edifícios					
Direito de uso	71,683,586	-	-	-	71,683,586
Depreciação	-	-	(17,609,300)	-	(17,609,300)
Total	71,683,586	-	(17,609,300)	-	54,074,286

18. Activos intangíveis

O movimento dos activos intangíveis é o seguinte:

	Software	Trabalho em curso	Total
Em 1 de Janeiro de 2019	13,765,442	9,012,341	22,777,783
Adições	2,562,971	-	2,562,971
Transferências	8,439,041	(8,439,041)	-
Em 31 de Dezembro de 2019	24,767,454	573,300	25,340,754
Adições	2,608,130	-	2,608,130
Transferências	573,300	(573,300)	-
Em 31 de Dezembro de 2020	27,948,884	-	27,948,884
Amortizações Acumuladas			
Em 1 de Janeiro de 2019	12,160,755	-	12,160,755
Amortizações do exercício	2,798,068	-	2,798,068
Em 31 de Dezembro de 2019	14,958,823	-	14,958,823
Amortizações do exercício	4,210,585	-	4,210,585
Em 31 de Dezembro de 2020	19,169,408	-	19,169,408
Quantia escriturada			
Em 1 de Janeiro de 2019	1,604,687	9,012,341	10,617,028
Em 31 de Dezembro de 2019	9,808,631	573,300	10,381,931
Em 31 de Dezembro de 2020	8,779,476	-	8,779,476

19. Recursos de instituições de crédito

	2020	2019
Depósitos de instituições de crédito	674,100,000	494,833,500
Juros a pagar sobre depósitos	1,236,890	1,032,781
Total	675,336,890	495,866,281

Depósitos de bancos representam fundos de curto prazo junto à UBA Congo DRC, no valor de US \$ 5.000.000, com juros a 5,00% e vencimento em 18 de Janeiro de 2021; UBA Tanzânia, no valor de US \$ 1 500 000, com juros a 5,00% e

vencimento em 07 de Janeiro de 2021 e com o UBA Zambia, no valor de US \$ 2 000 000 e juros de 5,00%, com vencimento em 04 de Janeiro de 2021.



20. Depósitos de clientes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	2020	2019
Depósitos à ordem		
Moeda estrangeira	518,246,599	52,403,862
Moeda nacional	1,045,992,448	874,981,734
	1,564,239,047	927,385,596
Depósitos a prazo		
Moeda estrangeira	210,384,001	344,967,712
Moeda nacional	407,099,558	50,888,553
	617,483,559	395,856,265
Cauções em numérico		
Moeda estrangeira	10,405,670	7,253,460
Moeda nacional	117,623,259	21,668,421
	128,028,929	28,921,881
Depósitos caução		
Moeda nacional	3,152,103	2,737,588
	2,312,903,638	1,354,901,330

A maturidade dos depósitos apresenta-se como segue:

	2020	2019
À ordem	1,851,966,753	1,265,001,330
De 3 a 12 meses	460,936,885	89,900,000
De 1 a 2 anos	-	-
	2,312,903,638	1,354,901,330

Os depósitos à ordem incluem contas correntes e outras contas de poupança com taxas de juros marginais. Os depósitos a prazo, com vencimentos a 12 meses, foram constituídos com taxas de juros entre 1,3% e 7,46%. Esta taxa média representa a taxa variável actual no final do ano.

21. Provisões para garantias bancárias e créditos documentários

	2020	2019
Provisões para garantias bancárias e créditos documentários	15,269,078	-
	15,269,078	-

Movimento da imparidade

	2020	2019
Saldo inicial		
Adições	15,269,078	-
Saldo Final	15,269,078	-

22. Passivos de locação

2020	Saldo em 1 Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Contratos terminados	Saldo em 31 Dezembro
Construções					
Passivo de locação	58,604,224	16,872,440	-	-	75,476,664
Juros	-	3,418,085	9,490,435	-	12,908,520
Pagamentos	-	(6,271,253)	(24,438,707)	-	(30,709,960)
Adjustamentos	-	-	1,000	-	1,000
	58,604,224	14,019,272	(14,947,272)	-	57,676,224

2019	Saldo em 1 Janeiro	Novos contratos	Contratos existentes	Contratos terminados	Saldo em 31 Dezembro
Construções					
Passivo de locação	71,683,586	-	-	-	71,683,586
Juros	-	-	12,057,019	-	12,057,019
Pagamentos	-	-	(25,136,381)	-	(25,136,381)
	71,683,586	-	(13,079,362)	-	58,604,224

23. Outros passivos

	2020	2019
Outros passivos		
Cheques e ordens a pagar	3,612,757	4,166,169
Compensação - ATM	6,903,658	5,626,312
Acréscimos de gastos	4,285,023	2,722,441
Outras contas a pagar	39,835,198	25,379,644
	54,636,636	37,894,566

Os acréscimos de gastos representam essencialmente uma provisão para honorários de auditoria a pagar e anúncios, bem como outras despesas no final do ano.

Outras contas a pagar representam essencialmente:

(i) Retenção na fonte a pagar de 5,373,931 Meticais (2019: 2 540 454 Meticais);

(ii) Dedução da segurança social dos salários dos funcionários que aguardam remessas ao INSS 553,415 Meticais (2019: 574,505 Meticais);

(iii) Outros custos administrativos a pagar de 22,974,000 Meticais (2019: 13 408 866 Meticais);

(iv) itens não reclamados de 2,982,441 Meticais (2019: 1,867,934 Meticais)

24. Capital Social

	2020	2019
Capital Social		
UBA - United Bank for Africa, PLC	1,669,655,000	1,669,655,000
African Prudential PLC	22,015,000	22,015,000
Afriland Properties, PLC	53,037,000	53,037,000
Adejare Rasheed Olaoluwa	3,000	3,000
Emmanuel Nwabuiku Nnorom	2,000	2,000
	1,744,712,000	1,744,712,000

capital integralmente subscrito e realizado compreende 1 744 712 (2019: 1 744 712) acções ordinárias conforme o detalhe abaixo:

	2020	2019
UBA - United Bank for Africa, PLC	1,669,655	1,669,655
African Prudential PLC	22,015	22,015
Afriland Properties, PLC	53,037	53,037
Adejare Rasheed Olaoluwa	3	3
Emmanuel Nwabuiku Nnorom	2	2
	1,744,712	1,744,712

25. Prémios de emissão

	2020	2019
Prémios de emissão	571,653,523	571,653,523

26. Itens não representativos de caixa incluídos nos resultados antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos

nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2020	2019
Depreciações	32,217,685	10,416,121
Amortizações	4,210,585	2,798,068
Imparidade líquida	30,757,210	5,284,589
	67,185,480	36,108,078

27. Variações nos activos e passivos operacionais

	2020	2019
Variação de activos e passivos operacionais		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(277,073,702)	(8,771,656)
Activos sob direitos de uso	(16,873,439)	(71,683,586)
Outros activos	(7,531,171)	8 939 333
	(53,906,609)	(71,515,935)
Depósitos de clientes	958,002,308	(250,576,215)
Depósitos de outras instituições de crédito	179,470,609	223,080,623
Provisões	15,269,078	-
Passivos de locação	(928,000)	58,604,224
Outros passivos	16,742,070	(7,767,913)
	1,168,556,065	23,340,719
Variação líquida de activos e passivos operacionais	867,077,753	(48,175,216)

28. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa encontram-se desagregados abaixo:

	2020	2019
Caixa		
Moeda estrangeira	9,577,391	12,935,378
Moeda nacional	34,052,868	28,374,885
	43,630,259	41,310,263
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda estrangeira	117,848,365	107,887,546
Moeda nacional	217,560,039	383,364,396
	335,408,404	491,251,942
Depósitos em outras instituições de crédito	376,856,942	15,476,444

Outros investimentos de curto prazo, altamente líquidos

	2020	2019
Mercado monetário interbancário	1,941,066,809	681,066,789
Aplicações em outras instituições de crédito	751,681,501	523,051,325
	2,692,748,310	1,204,118,114
Menos: Reservas obrigatórias no Banco de Moçambique	(291,996,018)	(175,072,456)
	3,156,647,897	1,577,084,307



29. Instrumentos financeiros
29.1 A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte :

2020	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	379,038,663	-	-	379,038,663
Depósitos em instituições de crédito	376,856,942	-	-	376,856,942
Aplicações em instituições de crédito	2,689,132,484	-	-	2,689,132,484
Investimentos em títulos	446,941,129	6,327,551	-	453,268,680
Empréstimos e adiantamentos a clientes	298,941,274	-	-	298,941,274
Outros activos	12,296,144	-	-	12,296,144
	4,203,206,636	6,327,551	-	4,209,534,187

2020	Passivos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Total
Depósitos de clientes	2,312,903,638	-	-	2,312,903,638
Recursos de instituições de crédito	675,336,890	-	-	675,336,890
Passivos de locação	57,676,224	-	-	57,676,224
Outros passivos	14,801,438	-	-	14,801,438
	3,060,718,190	-	-	3,060,718,190

2019	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	532,562,205	-	-	532,562,205
Depósitos em instituições de crédito	15,476,444	-	-	15,476,444
Aplicações em instituições de crédito	1,204,118,114	-	-	1,204,118,114
Investimentos em títulos	1,315,803,028	6,327,551	-	1,322,130,579
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49,008,956	-	-	49,008,956
Outros activos	4,749,512	-	-	4,749,512
	3,121,718,259	6,327,551	-	3,128,045,810

2019	Passivos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Activos financeiros ao justo valor através de resultados	Total
Depósitos de clientes	1,354,901,330	-	-	1,354,901,330
Recursos de instituições de crédito	495,866,281	-	-	495,866,281
Passivos de locação	58,604,224	-	-	58,604,224
Outros passivos	12,514,922	-	-	12,514,922
	1,921,886,757	-	-	1,921,886,757

29.2 Justo valor dos instrumentos financeiros
Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	6,327,551	6,327,551
	-	-	6,327,551	6,327,551
2019	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	6,327,551	6,327,551
	-	-	6,327,551	6,327,551

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira apenas quando existe um mercado activo. Para Títulos do Governo para os quais não existe um mercado activo, o Banco utiliza o modelo de desconto.

O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras.

	2020		2019	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	379,038,663	379,038,663	532,562,205	532,562,205
Disponibilidades em instituições de crédito	376,856,942	376,856,942	15,476,444	15,476,444
Aplicações em instituições de crédito	2,689,132,484	2,689,132,484	1,204,118,114	1,204,118,114
Investimentos em títulos	453,268,680	453,268,680	1,322,130,579	1,322,130,579
Empréstimos e adiantamentos a clientes	298,941,274	298,941,274	49,008,956	49,008,956
Outros activos	12,296,144	12,296,144	4,749,512	4,749,512
	4,209,534,187	4,209,534,187	3,128,045,810	3,128,045,810

	2020		2019	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Passivos financeiros				
Depósitos de clientes	2,312,903,638	2,312,903,638	1,354,901,330	1,354,901,330
Recursos de instituições de crédito	675,336,890	675,336,890	495,866,281	495,866,281
Passivos de locação	57,676,224	57,676,224	58,604,224	58,604,224
Outros passivos	14,801,438	14,801,438	12,514,922	12,514,922
	3,060,718,190	3,060,718,190	1,921,886,757	1,921,886,757
	1,148,815,997	1,148,815,997	1,206,159,079	1,206,159,079

O Conselho de Administração considera que o saldo de caixa e bancos se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

(i) O justo valor dos instrumentos financeiros

30. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentaram-se como segue:

	2020	2019
Saldos devedores		
Disponibilidades em instituições de crédito (Nota 11)	12,502,602	3,477,682
Aplicações em instituições de crédito (Nota 12)	751,681,501	522,495,000
	764,184,103	525,972,682

	2020	2019
Saldos credores		
Recursos de instituições de crédito (Nota 19)	675,336,890	494,833,500

	2020	2019
Transacções:		
Remuneração dos administradores	10,706,887	1,754,618
Juros recebidos	12,543,376	14,223,089
Juros pagos	27,632,379	4,669,585
	50,882,642	20,647,292

Os saldos acima mencionados surgiram do curso normal da actividade do UBA Moçambique. As taxas de juros cobradas para /e por partes relacionadas são as praticadas pelos bancos comerciais no mercado.

Os Saldos em aberto no final do ano não são garantidos e não há garantias prestadas ou recebidas por quaisquer créditos com partes relacionadas ou pagamentos. Para o ano findo em 31 de Dezembro de 2020, o Banco não tem quaisquer dívidas de cobrança duvidosa relativas a valores a receber de partes relacionadas.

	2020	2019
Contingências		
Créditos documentários	318,395,406	-
Garantias bancárias	1,404,644,106	419,085,462
	1,723,039,512	419,085,462

mensurados ao custo amortizado, são obtidos através do método do valor presente.

(ii) Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes de Tesouro variando entre 11.85% a 13.28%. Os passivos financeiros são descontados a taxas que variam entre 12% a 14.25%

(iii) Todas as avaliações que exigem a utilização do modelo de fluxos de caixa descontados exige que a administração avalie os pressupostos sobre o modelo dos inputs incluindo previsão de fluxos de caixa, a taxa de desconto, o risco de crédito e volatilidade.

As Remunerações de órgãos de gestão referem-se à remuneração dos directores e pessoal chave do Conselho de Administração, que são pagos pelo UBA Plc (empresa-mãe) e, posteriormente, cobrados a UBA Moçambique.

Todas as remunerações dos Administradores, são benefícios de curto prazo.

31. Contingências e compromissos
Contingências



32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

A gestão de risco é parte essencial para o sucesso do Banco, desempenhando um papel essencial na gestão, permitindo operar mais efectivamente, num ambiente em constante mudança.

Ao longo do tempo, desenvolveu-se e transformou-se numa das capacidades básicas do Banco e é vital para a avaliação de estratégias alternativas e na fixação de objectivos, tudo isto dentro da estrutura de gestão de risco que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global do grupo.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração, foram criadas os seguintes comités:

- Comité de Activos e Passivos (ALCO) – Objectivo é gerir os activos e passivos como um todo.
- Comité de Desenvolvimento de Negócio – Para o acompanhamento de todas as questões relacionadas ao crédito e desenvolvimento de negócios.
- Comité de Risco - Para controlar os riscos operacionais inerentes ao banco interna e externamente.
- Comité de Gestão – Para discutir e resolver questões bancárias diárias internas. Uma perspectiva qualitativa da gestão de riscos no banco é apresentada da seguinte forma:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um cliente ou contraparte deixar de cumprir suas obrigações contratuais, resultando em perda financeira para o Banco. A principal actividade geradora de receita do Banco são bilhetes de tesouro e empréstimos a clientes, portanto, o risco de crédito é o principal.

O risco de crédito decorre principalmente de empréstimos e adiantamentos a clientes e outros bancos (incluindo compromissos relacionados a empréstimos, como facilidades de empréstimo ou cartão de crédito) e investimentos em títulos de dívida que são uma posição de activo.

Banco considera todos os elementos da exposição ao risco de crédito, como risco de inadimplência da contraparte, risco geográfico e risco do sector para fins de gestão de risco.

Gestão do risco de crédito

O comité de crédito do banco é responsável por gerir o risco de crédito do banco:

- Assegurar que o Banco tenha práticas de risco de crédito adequadas, incluindo um sistema eficaz de controlo interno, para determinar de forma consistente as provisões adequadas de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos pelo Banco, NIRFs e orientações relevantes de supervisão.
- Identificar, avaliar e medir o risco de crédito em todo o Banco, de um instrumento individual para um nível de carteira.

- Criação de políticas de crédito para proteger o Banco contra os riscos identificados, incluindo os requisitos para obter garantias dos tomadores de empréstimos, para realizar avaliações de crédito contínuas e robustas dos mutuários e monitorar continuamente as exposições em relação aos limites internos de risco.

- Limitar as concentrações de exposição por tipo de activo, contrapartes, indústria, classificação de crédito, localização geográfica, etc.

- Estabelecer uma estrutura de controlo robusta em relação à estrutura de autorização para a aprovação e renovação de linhas de crédito.

- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de incumprimento. As notas de risco estão sujeitas a revisões regulares.

- Desenvolver e manter os processos do Banco para medir as perdas de crédito esperadas (ECL), incluindo o monitoramento de risco de crédito, incorporação de informações prospectivas e o método usado para medir ECL.

- Assegurar que o Banco possua políticas e procedimentos para manter e validar adequadamente os modelos usados para avaliar e medir ECL.

- Estabelecer um processo sólido de avaliação contabilística do risco de crédito que forneça uma base sólida para sistemas, ferramentas e dados comuns para avaliar o risco de crédito e para contabilizar a ECL. Fornecer aconselhamento, orientação e habilidades especializadas às unidades de negócio para promover as melhores práticas em todo o Banco na gestão do risco de crédito.

A função de auditoria interna realiza auditorias regulares, garantindo que os controlos e procedimentos estabelecidos sejam adequadamente projectados e implementados. Aumento significativo de risco de crédito

Como explicado na nota 1.3 c). O Banco monitora todos os activos financeiros que estão sujeitos a exigências de imparidades para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco irá mensurar a provisão para perdas esperadas ao longo da vida de 12 meses.

Avaliação interna de risco de crédito

Para minimizar o risco de crédito, o Banco encarregou o comité de crédito para desenvolver e manter a classificação de risco de crédito do Banco de modo a categorizar as exposições de acordo com seu grau de risco de incumprimento.

A estrutura de classificação de risco de crédito do Banco é composta por dez categorias. As informações de classificação de crédito são baseadas em uma série de dados que são determinados como preditivos do risco de incumprimento e da aplicação de julgamentos.

A natureza da exposição e o tipo de mutuário são considerados na análise. As notas de risco de crédito são definidas usando factores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento.

As classificações de risco de crédito são projectadas e calibradas para reflectir o risco de incumprimento na medida que o risco de crédito se deteriora.

À medida que o risco de crédito aumenta, a diferença no risco de incumprimento os rating também são alterados. Cada exposição é alocada a uma classificação de risco de crédito no reconhecimento inicial, com base nas informações disponíveis sobre a contraparte. Todas as exposições são monitoradas e a classificação de risco de crédito é actualizada para reflectir as informações actuais.

Os procedimentos de monitoramento seguidos são gerais e adaptados ao tipo de exposição. Os dados a seguir são normalmente usados para monitorar as exposições do Banco:

- Registo de pagamento, incluindo índices de pagamento e análise de envelhecimento;
- Extensão de utilização do limite concedido;
- Tolerâncias (solicitadas e concedidas);
- Alterações nas condições comerciais, financeiras e económicas;
- Informações de classificação de crédito fornecidas por agências externas de avaliação;
- Para exposições de retalho: dados gerados internamente do comportamento do cliente, métricas de acessibilidade etc. ;e
- Para exposições corporativas: informações obtidas por revisão periódica de cadastros de clientes, incluindo revisão de demonstrações financeiras auditadas, dados de mercado, como obrigações cotadas, quando disponíveis, alterações no sector financeiro que o cliente opera, etc.

O Banco usa as classificações de risco de crédito como uma entrada principal na determinação da estrutura a termo da PD para exposições. O Banco coleta informações de desempenho e incumprimento sobre suas exposições ao risco de crédito analisadas por jurisdição ou região e por tipo de produto e mutuário, bem como por classificação de risco de crédito. As informações utilizadas são internas e externas, dependendo do portfólio avaliado.

O Banco analisa todos os dados colectados usando modelos estatísticos e estima a PD de vida restante das exposições e como elas devem variar ao longo do tempo. Os factores considerados nesse processo incluem dados macroeconómicos, como crescimento do PIB, desemprego, taxas de juros de referência e preços da habitação.

O Banco gera um cenário base da direcção futura de variáveis económicas relevantes, bem como uma variedade representativa de outros cenários possíveis de previsão. O Banco então usa essas previsões, que são ponderadas pela probabilidade, para ajustar suas estimativas de PD's.

Os compromissos de empréstimo são avaliados juntamente com a categoria de empréstimo que o Banco está comprometido a fornecer, ou seja, os compromissos para fornecer hipotecas são avaliados usando critérios semelhantes aos empréstimos hipotecários, enquanto os compromissos de empréstimos corporativos são avaliados usando critérios semelhantes aos

empréstimos corporativos.

Independentemente do resultado da avaliação acima, o Banco presume que o risco de crédito em um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias, a menos que o Banco tenha informações razoáveis e suportáveis que demonstrem o contrário.

O Banco possui procedimentos de monitoria para garantir que os critérios usados para identificar aumentos significativos no crédito sejam efectivos, o que significa que um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento ou quando o activo se torne 30 dias em mora. O Banco realiza testes periódicos de seus ratings para avaliar se os factores de risco de crédito que levaram ao incumprimento foram reflectidos com precisão no rating em tempo útil.

Incorporação de informação prospectiva

O Banco usa informações prospectivas que estão disponíveis sem custo ou esforço excessivo para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, bem como na mensuração da ECL.

O Banco emprega especialistas que usam informações externas e internas para gerar um cenário de base de previsão futura de variáveis económicas relevantes, juntamente com uma variedade representativa de outros cenários possíveis. As informações externas utilizadas incluem dados económicos e previsões publicadas por órgãos governamentais e autoridades monetárias.

O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento.

O Banco identificou e documentou os principais factores de risco de crédito e perdas de crédito para cada carteira de instrumentos financeiros e, usando uma análise estatística de dados históricos, estimou as relações entre variáveis macroeconómicas e risco de crédito e perdas de crédito.

O Banco não efectuou alterações nas técnicas de estimativa ou nas premissas significativas feitas durante o período coberto pelo relatório.

Mensuração da ECL

Os principais insumos usados para a mensuração da ECL são:

- Probabilidade de incumprimento (PD);
- Perda dado o incumprimento (LGD); e
- Exposição na data do incumprimento (EAD).

Como explicado acima, esses dados são geralmente derivados de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e outros dados históricos e são ajustados para reflectir as informações prospectivas ponderadas pela probabilidade.

A PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Estima-se como um ponto no tempo. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística e é avaliado utilizando ferramentas de classificação adaptadas às várias categorias de contrapartes e exposições.

Estes modelos estatísticos baseiam-se em dados de mercado (quando disponíveis), assim como dados internos que compreendem tanto factores quantitativos como qualitativos. As PD's são estimadas considerando os vencimentos contratuais das exposições e as taxas estimadas de pagamento antecipado. A estimativa é baseada nas condições actuais, ajustadas levando em conta as estimativas de condições futuras que afetarão a PD.

A LGD é uma estimativa da perda decorrente do incumprimento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de qualquer garantia.

Os modelos de LGD para activos garantidos consideram as projecções de avaliação de garantias futuras levando em conta os descontos de venda, o tempo até a realização da garantia, a cobertura cruzada e créditos, custo de realização das garantias e taxas de cura (ou seja, saída do estágio de incumprimento).

Os modelos de LGD para activos sem garantia consideram o tempo de recuperação, taxas de recuperação e reclamações. O cálculo é feito com base no fluxo de caixa descontado, em que os fluxos de caixa são descontados pela TJE original do empréstimo.

EAD é uma estimativa da exposição na data de incumprimento futura, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data do balanço, incluindo pagamentos de principal e juros, e perdas esperadas nas prestações vencidas.

A abordagem de modelagem do Banco para EAD reflecte as alterações esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo de acordo com termos contratuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado ou pagamento excessivo. O Banco usa modelos EAD que reflectem as características das carteiras.

O Banco mensura a ECL considerando o risco de incumprimento sobre o período contratual máximo (incluindo opções de extensão) sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito e não um período mais longo, mesmo que a extensão ou renovação de contrato seja prática comercial comum.

No entanto, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de cheque especial que incluam um empréstimo e uma componente de descoberto não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o descoberto não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual.

Classe do instrumento Financeiro	Posição financeira	Nota
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Caixa e disponibilidades no Banco Central	10
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Disponibilidades em instituições de crédito	11
Empréstimos e adiantamentos aos bancos ao custo amortizado	Aplicações em instituições de crédito	12
Titulos de investimento em dívida ao custo amortizado	Investimentos em títulos	13
Titulos de investimento em dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	Investimentos em títulos	13
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes	14

Uma análise das concentrações de risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro é demonstrada nas tabelas a seguir. A menos que especificamente indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam

Para tais instrumentos financeiros, o Banco mensura a ECL durante o período em que está exposto ao risco de crédito e a ECL não seria mitigada por acções de gestão de risco de crédito, mesmo se esse período se estender além do período contratual máximo. Estes instrumentos financeiros não têm um prazo fixo ou estrutura de reembolso e têm um curto período de cancelamento contratual.

No entanto, o Banco não impõe na gestão corrente do dia a dia o direito contratual de cancelar esses instrumentos financeiros. Isso ocorre porque esses instrumentos financeiros são administrados de forma colectiva e são cancelados somente quando o Banco toma conhecimento de um aumento no risco de crédito no nível da prestação. Esse período mais longo é estimado levando em consideração as acções de gestão de risco de crédito que o Banco espera adoptar para mitigar a ECL, por exemplo, redução nos limites ou cancelamento do compromisso de empréstimo.

A mensuração da ECL é baseada na perda de crédito média ponderada pela probabilidade. Como resultado, a mensuração da provisão para perdas deve ser a mesma, independentemente de ser mensurada individualmente ou colectivamente (embora a mensuração colectiva seja mais prática para grandes carteiras de itens). Em relação à avaliação para apurar se houve um aumento significativo no risco de crédito, pode ser necessário realizar a avaliação em uma base colectiva, conforme observado abaixo.

Agrupamentos baseados em características de riscos Quando a ECL é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco, tais como:

- Tipo de instrumento;
- Grau de risco de crédito;
- Tipo colateral;
- Data do reconhecimento inicial;
- Prazo remanescente até o vencimento;
- Indústria;

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo seja composto de exposições homogêneas.

Qualidade de crédito

O Banco monitora o risco de crédito por classe de instrumento financeiro. A tabela abaixo descreve as classes identificadas, bem como o item da demonstração financeira e a nota que fornece uma análise dos itens incluídos na linha da posição financeira para cada classe de instrumento financeiro.

valores contabilísticos brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente.

Concentração por sector de actividade	Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Instrumentos de capital ao custo do rendimento integral	Compromissos de empréstimos	Garantias financeiras
2020						
Retalho						
Empréstimos Hipotecários	-	170 176 728	-	-	10 899 286	-
Caixa	-	14 341 053	-	-	8 580 274	31 980 000
Sem Garantias	-	114 423 493	-	-	157 125 487	-
Corporativos:						
Inovação e tecnologia	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-	-	485 266 835
Lazer e serviços	-	-	-	6 327 551	-	35 352 800
Outros	-	-	-	-	-	1 170 439 877
Governo	-	-	446 941 129	-	-	-
Banco	3 405 013 656	-	-	-	-	-
	3 405 013 656	298 941 274	446 941 129	6 327 551	176 605 047	1 723 039 512

Concentração por sector de actividade	Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado	Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Instrumentos de dívida ao custo amortizado	Instrumentos de capital ao custo do rendimento integral	Compromissos de empréstimos	Garantias financeiras
2019						
Retalho						
Empréstimos Hipotecários	-	20 651 814	-	-	1 500 000	-
Caixa	-	3 978 666	-	-	-	-
Sem Garantias	-	24 378 476	-	-	-	-
Corporativos:						
Inovação e tecnologia	-	-	-	-	-	-
Imobiliário	-	-	-	-	-	139 448 078
Energia	-	-	-	-	-	250 077 943
Lazer e serviços	-	-	-	6 327 551	-	-
Outros	-	-	-	-	-	29 559 441
Governo	-	-	1 315 803 028	-	-	-
Banco	1 710 846 500	-	-	-	-	-
	1 710 846 500	49 008 956	1 315 803 028	6 327 551	1 500 000	419 085 462

Uma análise da exposição ao risco de crédito do Banco por classe de activo financeiro, classificação interna e "estágio", sem levar em conta os efeitos de qualquer garantia ou outras melhorias de crédito, é fornecida nas tabelas a seguir. A menos que especificamente

indicado, para activos financeiros, os valores na tabela representam valores brutos. Para os compromissos de empréstimo e contratos de garantia financeira, os valores na tabela representam os valores comprometidos ou garantidos, respectivamente:

2020	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2019
Empréstimos e adiantamentos a bancos ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	3,405,013,656	-	-	3,405,013,656	1,710,846,500
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	3,405,013,656	-	-	3,405,013,656	1,710,846,500
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	3,405,013,656	-	-	3,405,013,656	1,710,846,500

2020	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2019
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	304,483,450	-	-	304,483,450	49,788,166
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Imparidade	-	-	4,333,311	4,333,311	18,485,807
Valor bruto	304,483,450	-	4,333,311	308,816,761	68,273,973
Perdas por imparidade	(5,542,176.18)	-	4,333,311	(9,875,487)	(19,265,017)
Valor contabilístico	298,941,274	-	-	298,941,274	49,008,956

2020	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2019
Instrumentos de dívida so custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	446 941 129	-	-	446 941 129	1 315 803 028
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Imparidade	-	-	-	-	-
Valor bruto	446 941 129	-	-	446 941 129	1 315 803 028
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	446 941 129	-	-	446 941 129	1 315 803 028



2020	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2019
Instrumentos de dívida ao custo amortizado					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	6 327 551	-	-	6 327 551	6 327 551
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Imparidade	-	-	-	-	-
Valor contabilístico	6 327 551	-	-	6 327 551	6 327 551

2020	Estágio 1 ECL 12 meses	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total	2019
Compromissos de empréstimo					
Grau 1-3: Baixo risco a moderado	176 605 048	-	-	176 605 048	1 500 000
Grau 4-6: Monitoria	-	-	-	-	-
Grau 7-8: Abaixo do padrão	-	-	-	-	-
Grade 9: Duvidosa	-	-	-	-	-
Grade 10: Imparidade	-	-	-	-	-
Valor garantido	176 605 048	-	-	176 605 048	1 500 000
Perdas por imparidade	(675 019)	-	-	-	-

Esta tabela resume as perdas por imparidade no final do exercício por classe de exposição / activo

	2020	2019
Perdas por imparidades por classes		
Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	9,875,487	19,265,017
Depósitos em instituições de crédito	3,615,826	-
Outras imparidades	3,147,876	-
Provisões para contas extra-patrimoniais	15,269,078	-
	31,908,267	19,265,017

Nenhuma provisão para perdas é reconhecida na demonstração da posição financeira para instrumentos de dívida mensurados pelo FVTOCI, pois não existem indícios de imparidades.

As tabelas abaixo analisam o movimento da provisão para perdas durante o ano, por classe de activos.

Perda por imparidade – Empréstimos e adiantamentos a clientes ao custo amortizado	Estágio 1 12-meses ECL	Estágio 2 ECL Vida	Estágio 3 ECL Vida	Total
Saldo em 31 Dezembro de 2019	735,202	-	13,097,890	13,833,092
Alterações nas perdas por imparidade:	-	-	-	-
Transferência para o estágio 1	44,008	-	-	44,008
Transferência para o estágio 3	-	-	5,240,581	5,240,581
Ajustamentos	-	-	147,336	147,336
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	779,210	-	18,485,807	19,265,017
Alterações nas perdas por imparidade:	-	-	-	-
Transferência para o estágio 1	4,762,966	-	-	4,762,966
Transferência para o estágio 3	-	-	3,961,464	3,961,464
Ajustamentos	-	-	(18,113,960)	(18,113,960)
Saldo em 31 Dezembro de 2020	5,542,176	-	4,333,311	9,875,487

Conforme discutido acima, na secção do aumento significativo do risco de crédito, sob os procedimentos de monitoramento do Banco, um aumento significativo no risco de crédito é identificado antes que a exposição esteja em incumprimento e, no máximo, quando a exposição se tornar 30 dias em mora.

para exposições de crédito de retalho, pois para empréstimos corporativos e outras exposições há mais informações específicas disponíveis sobre o mutuário que são usadas para identificar o aumento significativo no risco de crédito.

A tabela abaixo fornece uma análise da quantia escriturada bruta de empréstimos e adiantamentos a clientes por estágio vencido.

Este é o caso principalmente para empréstimos e adiantamentos a clientes e mais especificamente

	2019		2018	
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Valor bruto	Perdas por imparidade
Empréstimos e adiantamentos a clientes				
Não vencido	304,483,450	5,542,176	49,788,166	8,629,300
0-30 dias	-	-	-	-
31-59 dias	-	-	-	-
60 - 89 dias	-	-	-	-
90 -180 dias	-	-	-	-
Mais 181 dias	4,333,311	4,333,311	18,485,166	10,635,717
	308,816,761	9,875,487	68,273,332	19,265,017

O Banco detém garantias para mitigar o risco de crédito associado a activos financeiros. Os principais tipos de garantias e os tipos de activos aos quais estão associados estão listados na

tabela abaixo. A garantia apresentada refere-se a instrumentos que são mensurados pelo justo valor através do rendimento integral, custo amortizado e ao justo valor através de resultados.

	Tipo de garantias
Empréstimos e adiantamentos a bancos	Sem garantias
Empréstimos hipotecários	Imóveis
Investimentos em títulos	Sem garantias

Empréstimos hipotecários

O Banco detém imóveis residenciais como garantia para os empréstimos hipotecários que concede a seus clientes. O Banco monitora sua exposição ao crédito imobiliário de retalho usando o índice LTV (Loan to value), que é calculado como a razão entre o valor bruto do empréstimo e o valor da garantia. A avaliação da garantia exclui quaisquer ajustamentos para obter e vender a garantia.

O valor da garantia para empréstimos hipotecários residenciais é tipicamente baseado no valor da garantia actualizado com base nas alterações dos índices de preços da habitação.

Para créditos com redução no valor recuperável, o valor da garantia é baseado nas avaliações mais recentes. As tabelas abaixo mostram as exposições de empréstimos hipotecários por faixas de LTV.

Empréstimos Hipotecários Rácio LTV	2020		2019	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Menos de 50%				
51-70%	173,402,755	3,226,027	20,874,048	299,514
71-90%	-	-	-	-
91-100%	-	-	-	-
Mais de 100%	-	-	-	-
	173,402,755	3,226,027	20,874,048	299,514

Investimentos em títulos

O Banco detém títulos de investimento mensurados ao custo amortizado com um valor contabilístico de MZN 453,268,680 e ao justo valor através do rendimento integral com um valor contabilístico de MZN 453,268,680. Os títulos de investimento detidos pelo banco são Bilhetes do tesouro, que não tem garantias. Activos obtidos em processos de execução de garantias

caixa futuros estimados do activo financeiro ou carteira que possam ser estimados com segurança.

Os critérios que o Banco usa para determinar se há evidência objectiva de uma perda por imparidade incluem:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ;

Durante o exercício, o Banco não obteve activos não financeiros por posse de cauções detidas em garantia de empréstimos e adiantamentos e detidas no final do exercício. A política do Banco é realizar a garantia em tempo útil. O Banco não utiliza garantias não monetárias para as suas operações.

- Uma quebra de contrato, como incumprimento nos pagamentos de juros ou capital;

- O credor, por razões económicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do mutuário de empréstimo, concedendo ao mutuário uma concessão que o mutuante não consideraria;

Activos financeiros renegociados

Para os casos de mutuários com dívidas vencidas, o mutuário poderá se qualificar para um período de reparação para dar ao mutuário a oportunidade de tentar corrigir a situação. No final do período de reparação, a situação do Mutuário é reavaliada e a liquidação da conta ou a renegociação dos termos do contrato são tomados em consideração.

- Tornar-se provável que o mutuário entrará em falência ou outra reorganização financeira;

- O desaparecimento de um mercado activo para aquele activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou

- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros desde o reconhecimento inicial desses activos, embora a redução ainda não possa ser identificada com os activos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Alterações adversas na situação de pagamento dos mutuários;

- Condições económicas nacionais ou locais que se correlacionam com o incumprimento dos activos no portfólio.

- Deterioração no valor das garantias; e

- Deterioração da posição competitiva do mutuário..

Os Activos renegociados compreendem empréstimos que foram transferidos dos créditos em incumprimento para créditos normais, 12 meses após a reestruturação. Na prática, os empréstimos não serão renegociados mais de uma vez em um período de doze meses.

Activos financeiros vencidos mas não deteriorados

Referem-se a empréstimos e adiantamentos a clientes em que os pagamentos contratuais de juros ou capital estão vencidos, mas o Banco acredita que a perda por imparidade identificada não é apropriada com base no nível de garantia de segurança disponível.

Activos financeiros avaliados individualmente como em imparidade

O Banco avalia regularmente se há evidência objectiva de que um activo financeiro ou carteira de activos financeiros registados ao custo amortizado está deteriorado.

Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e somente se, houver evidência objectiva de perda de valor como resultado de um ou mais eventos de perda que ocorreram após o reconhecimento inicial do activo e antes da data de reporte ("um evento de perda") e que o evento ou eventos de perda tenha tido um impacto nos fluxos de

A política de crédito do Banco considera um incumprimento ocorrido em relação a um mutuário em particular quando um ou ambos dos seguintes eventos ocorreram:

- O Banco considera que é improvável que o mutuário pague integralmente sua obrigação de crédito, sem recurso do Banco a acções como a realização de qualquer título detido;

- Se o mutuário entrar em infração a qualquer um dos termos do contrato de empréstimo, o que pode incluir a incapacidade de alcançar determinados termos do empréstimo. O Banco avalia primeiramente se existe

evidência objectiva de redução ao valor recuperável individualmente para activos financeiros que são individualmente significativos, e individual ou coletivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições marcadas como estando em incumprimento são avaliadas individualmente quanto a perdas por redução ao valor recuperável.

Activos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação colectiva de redução ao valor recuperável.

Para empréstimos e adiantamentos, o valor da perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro garantido reflecte os fluxos de caixa que podem resultar dos custos de execução para obter e vender a garantia, seja ou não provável a execução.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas periodicamente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a experiência de perda real.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O saneamento ocorrerá quando e na medida em que a totalidade ou parte de uma dívida for considerada irrecoverável. O momento e a extensão dos saneamentos contabilísticos podem envolver algum elemento de julgamento subjectivo.

No entanto, um saneamento contabilístico geralmente é motivado por um evento específico, como o início de um processo de insolvência ou outra acção formal de recuperação, que permite estabelecer que parte ou todo o avanço está além da perspectiva realista de recuperação.

Esses activos são saneados apenas quando todos os procedimentos necessários forem concluídos e o valor da perda for determinado. Recuperações subsequentes de valores anteriormente saneados, são novamente registados e, portanto, diminuem o valor da imparidade reportada no resultado.

A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

2020	Valor contabilístico bruto	ECL	Valor contabilístico revisto
Transporte	-	-	-
Consumo	107,566,616	5,891,946	101,674,670
Construção	3,005,557	96,380	2,909,177
Serviço	198,244,588	3,887,161	194,357,427
Petróleo e Gas	-	-	-
Total	308,816,761	9,875,487	298,941,274

2019	Valor contabilístico bruto	ECL	Valor contabilístico revisto
Transporte	2,000	2,000	-
Consumo	67,787,193	19,185,743	48,601,450
Construção	43,011	43,011	-
Serviço	25,960	25,960	-
Petróleo e Gas	415,169	8,303	406,866
Total	68,273,333	19,265,017	49,008,316

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão.

A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 11.25% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado.

A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo

em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular.

O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes.

O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2020	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	379,038,663	-	-	-	-	379,038,663
Disponibilidades em instituições de crédito	376,856,942	-	-	-	-	376,856,942
Aplicações em instituições de crédito	-	2,689,132,484	-	-	-	2,689,132,484
Investimentos em títulos	-	338,983,261	107,957,859	6,327,551	-	453,268,671
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,844,872	1,510,321	86,125,144	191,905,463	23,430,961	308,816,761
Outros activos	15,266,587	-	-	-	-	15,266,587
Total de activos financeiros não descontados	777,007,064	3,029,626,066	194,083,003	198,233,014	23,430,961	4,222,380,108
Passivos Financeiros						
Depósitos de clientes	1,697,945,550	154,021,203	460,936,885	-	-	2,312,903,638
Recursos de instituições de crédito	-	675,336,890	-	-	-	675,336,890
Passivos de locação	-	4,760,543	14,857,883	38,057,799	-	57,676,224
Outros passivos	-	54,636,636	-	-	-	54,636,636
Total de passivos financeiros não descontados	1,697,945,550	888,755,272	475,794,768	38,057,799	-	3,100,553,388

2019	A vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos Financeiros						
Caixa e disponibilidades no Banco Central	532,562,205	-	-	-	-	532,562,205
Disponibilidades em instituições de crédito	15,476,444	-	-	-	-	15,476,444
Aplicações em instituições de crédito	-	1,204,118,114	-	-	-	1,204,118,114
Investimentos em títulos	-	699,187,920	616,615,098	6,327,551	-	1,322,130,569
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14,335,08	-	4,604,022	28,824,611	20,510,253	68,273,973
Outros activos	7,735,390	-	-	-	-	7,735,390
Total de activos financeiros não descontados	570,109,127	1,903,306,034	621,219,120	35,152,162	20,510,253	3,150,296,695
Passivos Financeiros						
Depósitos de clientes	1,090,010,046	174,991,284	89,900,000	-	-	1,354,901,330
Recursos de instituições de crédito	-	495,866,281	-	-	-	495,866,281
Passivos de locação	-	3,658,176	11,290,095	43,655,952	-	58,604,224
Outros passivos	-	37,894,566	-	-	-	37,894,566
Total de passivos financeiros não descontados	1,090,010,046	712,410,307	101,190,095	43,655,952	-	1,947,266,401

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relato.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros.

O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras

podem aumentar como resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2020.

Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.





2020	Até 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	379,038,663	379,038,663
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	376,856,942	376,856,942
Aplicações em instituições de crédito	-	2,689,132,484	-	-	2,689,132,484
Investimentos em títulos	338,983,261	107,957,859	-	6,327,551	453,268,671
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7,355,193	86,125,144	215,336,424	-	308,816,761
Outros activos	-	-	-	15,266,587	15,266,587
Total activos	346,338,454	2,883,215,487	215,336,424	777,489,743	4,222,380,108
Passivos					
Depósitos de clientes	1 265 001 330	89 900 000	-	-	1 354 901 330
Recursos de instituições de crédito	495 866 281	-	-	-	495 866 281
Passivos de locação	-	-	-	58,604,224	58,604,224
Outros passivos	-	-	-	37 894 566	37 894 566
Total passivos	1 760 867 611	89 900 000	-	96,498,790	1,947,266,401
Sensibilidade a taxa de juros na posição financeira	156 773 511	531 319 120	49 334 864	465,602,800	1,203,030,295

2019	Até 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades no Banco Central	-	-	-	532 562 205	532 562 205
Disponibilidades em instituições de crédito	-	-	-	15 476 444	15 476 444
Aplicações em instituições de crédito	1 204 118 114	-	-	-	1 204 118 114
Investimentos em títulos	699 187 920	616 615 098	-	6 327 551	1 322 130 569
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14 335 088	4 604 022	49 334 864	-	68,273,974
Outros activos	-	-	-	7 735 390	7 735 390
Total activos	1 917 641 122	621 219 120	49 334 864	562,101,590	3,150,296,696
Passivos					
Depósitos de clientes	1 265 001 330	89 900 000	-	-	1 354 901 330
Recursos de instituições de crédito	495 866 281	-	-	-	495 866 281
Passivos de locação	-	-	-	58,604,224	58,604,224
Outros passivos	-	-	-	37 894 566	37 894 566
Total passivos	1 760 867 611	89 900 000	-	96,498,790	1,947,266,401
Sensibilidade a taxa de juros na posição financeira	156 773 511	531 319 120	49 334 864	465,602,800	1,203,030,295

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança razoável nos juros (todas as variáveis mantidas constantes) da demonstração de resultados do Banco. A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na

alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é a seguinte:

	Aumento /Diminuição em pontos de base	Impacto nos resultados antes de impostos
2020	+50 bp	22,832,492
	-50 bp	(22,832,492)
2019	+50 bp	36,923,014
	-50 bp	(36,923,014)

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa.

A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

O resultado líquido do exercício em 31 de Dezembro de 2020 sofreria um aumento

ou diminuição em cerca de 22.8 milhões de Meticaais (em 31 de Dezembro de 2019, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 36.9 milhões de Meticaais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos

reflectem um aumento líquido potencial no resultado e nos capitais próprios. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo

contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados

31 Dez 2020	Exposição líquida	Câmbio	Varição na taxa de câmbio %	Impacto nos resultados
Dollar (EUA)	(31,921,650)	74.9	(6.5)%	2,088,332
Euro	2,066,009	92.04	(5.5)%	(113,132)
Rand (África do Sul)	3,259,057	5.11	(6.1)%	(1,977)
GBP (Reino Unido)	715,191	102.17	(5.1)%	(362)
NGN (Nigéria)	1,923,026	0.19	(5.3)%	(1,012)
	-	-	-	1,971,849

31 Dez 2019	Exposição líquida	Câmbio	Varição na taxa de câmbio %	Impacto nos resultados
Dollar (EUA)	(501,296,968)	61,47	7,7%	(38,573,852)
Euro	1,306,801	68,89	7,9%	103,004
Rand (África do Sul)	998,591	4,37	(3,0)%	(297)
GBP (Reino Unido)	69,926	80,72	(7,9)%	(327)
NGN (Nigéria)	4,342,168	0,17	5,9%	1,092
	-	-	-	(38,470,380)

A tabela a seguir resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2020 e 2019. Incluídos na

tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:



2020	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
Activos							
Caixa e bancos	2,189,763,200	1,247,301,606	3,259,057	2,066,009	715,191	1,923,026	3,445,028,089
Investimentos em títulos	453,268,671	-	-	-	-	-	453,268,671
Empréstimos e adiantamentos a clientes	298,941,274	-	-	-	-	-	298,941,274
Outros activos	15,266,587	-	-	-	-	-	15,266,587
Total activos	2,957,239,732	1,247,301,606	3,259,057	2,066,009	715,191	1,923,026	4,212,504,621
Passivos							
Depósitos de clientes	1,706,659,769	603,278,911	2,844,518	120,440	-	-	2,312,903,638
Recursos de instituições de crédito	-	675,336,890	-	-	-	-	675,336,890
Passivos de locação	57,676,224	-	-	-	-	-	57,676,224
Outros passivos	54,029,181	607,455	-	-	-	-	54,636,636
Total passivos	1,818,365,174	1,279,223,256	2,844,518	120,440	-	-	3,100,553,388
Exposição líquida	1,138,874,558	(31,921,650)	414,539	1,945,569	715,191	1,923,026	1,111,951,233

2019	MZN	USD	ZAR	EUR	GBP	NGN	Total
Activos							
Caixa e bancos	1,093,540,280	654,041,543	998,591	1,306,801	412,749	1,856,799	1,752,156,763
Investimentos em títulos	1,322,130,569	-	-	-	-	-	1,322,130,569
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49,008,956	-	-	-	-	-	49,008,956
Outros activos	7,735,390	-	-	-	-	-	7,735,390
Total activos	2,472,415,195	654,041,543	998,591	1,306,801	412,749	1,856,799	3,131,031,678
Passivos							
Depósitos de clientes	693,894,708	660,505,011	445,772	55,839	-	-	1,354,901,330
Recursos de instituições de crédito	1,032,781	494,833,500	-	-	-	-	495,866,281
Passivos de locação	58,604,224	-	-	-	-	-	58,604,224
Outros passivos	37,894,566	-	-	-	-	-	37,894,566
Total passivos	791,426,279	1,155,338,511	445,772	55,839	-	-	1,947,266,401
Exposição líquida	1,680,988,916	(501,296,968)	552,819	1,250,962	412,749	1,856,799	1,183,765,277

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras.

O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos.

Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorada usando, entre outras medidas os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 12%.

A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	2020	2019
Fundos próprios de base (Tier I)		
Capital social realizado	1,744,712,000	1,744,712,000
Prémios de emissão	571,653,523	571,653,523
Reservas e resultados transitados	(1,126,169,753)	(1,029,123,968)
Activos intangíveis	(8,779,476)	(10,381,931)
Fundos próprios complementares (Tier II)	1,181,416,295	1,276,859,624

	2020	2019
Fundos próprios complementares (core Tier II)		
Outros	-	-
Fundos próprios complementares (core Tier II)	-	-
Fundos próprios legíveis (Tier I and Tier II)	1,181,416,295	1,276,859,624

	2020	2019
Activos ponderados pelo risco		
Na posição financeira	1,713,342,225	812,581,551
Elementos extrapatrimoniais	241,582,607	-
Risco operacional e de mercado	102,616,320	112,681,764
Total de activos ponderados pelo risco	2,057,541,152	925,263,315

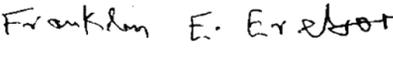
	2020	2019
Core Tier I	57%	138%
Core Tier II	-	-
Rácio de solvabilidade	57%	138%
Rácio de solvabilidade (Mínimo exigido)	12%	11%

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidas pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

33. Acontecimentos após a data de balanço

Desde o final do exercício não ocorreram eventos ou circunstâncias que requeiram divulgações ou ajustes adicionais às demonstrações financeiras.


Administrador


Administrador



Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

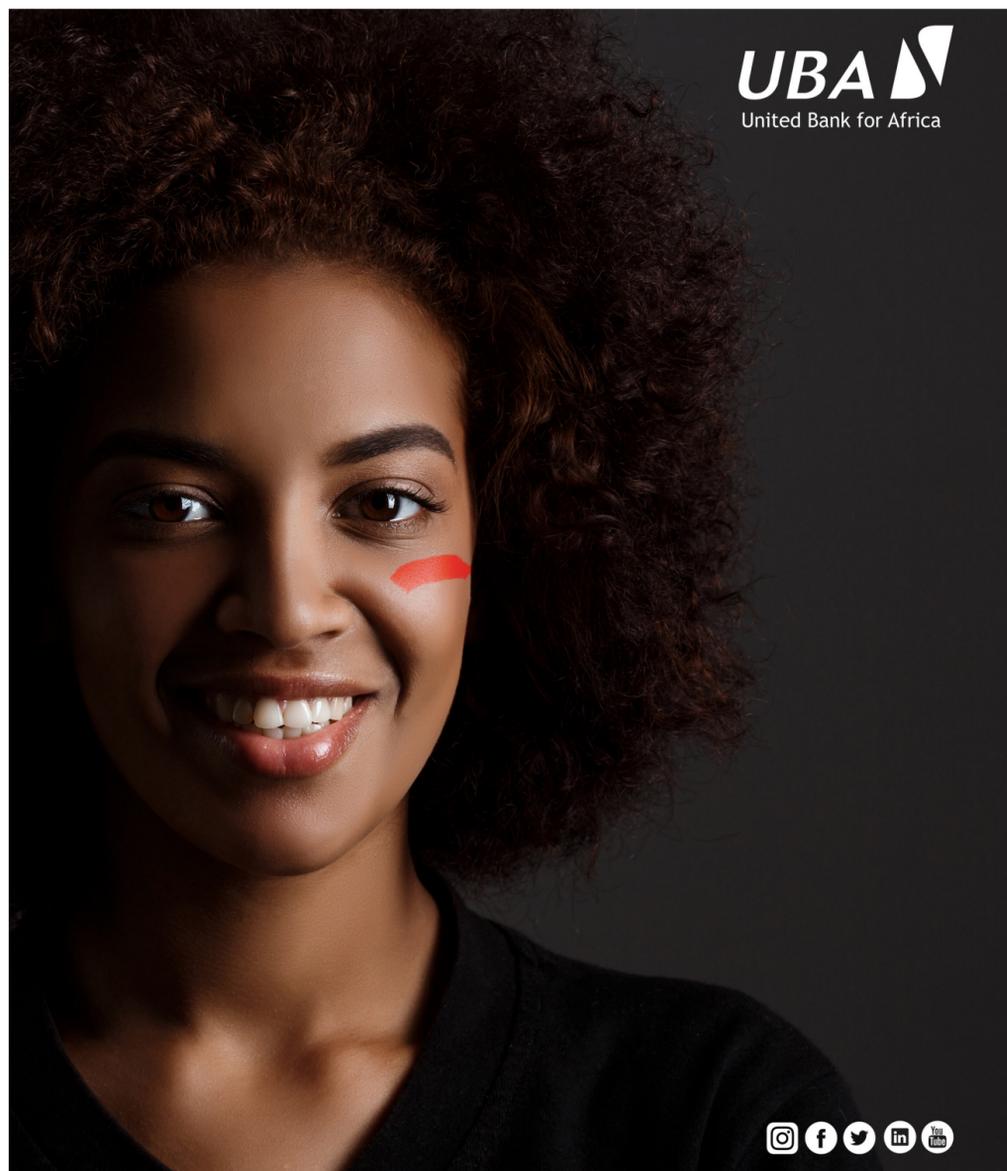
(milhares de metcais)

MODELO III					BALANÇO - CONTAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020				
CÓDIGO DE CONTAS	ATIVO	ANO			ANO ANTERIOR	Código de contas	PASSIVO	ANO	ANO ANTERIOR
		Valor antes de Provisões, Impariidade e Amortizações	Provisões, Impariidade e Amortizações	Activo Líquido					
10+3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	379 039		379 039	532 562	38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
11+3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	376 857		376 857	15 476	43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação		-
153 (1)+158 (1)+16	Activos Financeiros Detidos para negociação			-	-	43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados		-
153 (1)+158 (1)+17	Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados			-	-	39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituições de Créditos	675 337	495 866
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para Venda.	6,328	-	6,328	6328	40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	2 312 904	1 354 901
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicações em Instituições de Crédito	2689132		2689132	1204118	42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos Derivados de Cobertura	-	-
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	308 817	9 875	298 941	49 009	44			
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	446941		446941	1315803	45	Passivos não correntes detidos para Venda e operações descontinuadas		-
21	Derivados de Cobertura	-		-	-	47	Provisões	15 269	-
25-3580	Activos não correntes detidos para Venda	-		-	-	490	Passivos por Impostos correntes	766	-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos			-	-	491	Passivos por impostos deferidos		-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangíveis	179 010	93 759	85 251	93 094	480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados		-
29-3583-361	Activos Intangíveis	27 949	19 169	8 779	10 382	51-3311 (1)-3417-3418+50 (1) (2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	111 547	96 499
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-		-	-				-
300	Activos por Impostos correntes	-		-	-	55	Capital	1 744 712	1,744,712
301	Activos por Impostos diferidos	-		-	-	602	Prémios de Emissão	571 654	571,654
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308 +3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	15 267		15 267	7 735	57	Outros Instrumentos de Capital		-
						-56	Acções Próprias		-
						58+59	Reservas de Reavaliação		-
						60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	(1 029 124)	(978 236)
						64	Resultado do Exercício	(96 529)	(50 888)
						-63	(Dividendos antecipados)		-
TOTAL DO ACTIVO		4 429 339	122 803	4 306 535	3 234 508	TOTAL DO PASSIVO		4 306 535	3 234 508

- (1) Parte aplicavel do saldo destas rubricas
(2) A rubrica 50 devera ser inscrita no activo se tiver saldodevedor e no passivo se tiver saldo credor
(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 sao inscritos no activo e os saldos credores no passivo

(milhares de metcais)

MODELO IV				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	
Código de contas		ANO	ANO ANTERIOR		
79+80	Juros e Rendimentos Similares	292892	301 300		
66+67	Juros e Encargos Similares	99535	90166		
	Margem Financeira	193358	211134		
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0		
81	Rendimentos com serviços e Comissões	48839	34838		
68	Encargos com Serviços e Comissões	23929	22917		
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0		
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	0	0		
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	30807	33654		
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	0	0		
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	(5150)	3358		
	Produto Bancário	243925	260067		
70	Custo com Pessoal	154320	128895		
71	Gastos Gerais Administrativos	71368	80566		
77	Amortização do Exercício	36428	30823		
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Liquidas de Reposições e Anulações	18417	0		
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+7625 +7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidos de Reversões e Recuperações	12340	5285		
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversões e Recuperações	0	0		
	Resultado Antes de Impostos	(48949)	14498		
65	Impostos Correntes	47579	65385		
74-86	Impostos Diferidos	0	0		
640	Resultados após Impostos	(96529)	(50888)		
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operações Descontinuadas	0	0		
TOTAL		(96529)	(50888)		



UBA
United Bank for Africa

